



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM SAÚDE DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE

TAÍS FONTENELLE CARNEIRO

PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DA
CONDICIONALIDADE EDUCACIONAL SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

FORTALEZA-CEARÁ

2018

TAÍS FONTENELLE CARNEIRO

PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DA
CONDICIONALIDADE EDUCACIONAL SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Saúde da Criança e do Adolescente do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Saúde da Criança e do Adolescente. Área de Concentração: Saúde da Criança e Adolescência

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lídia Andrade
Lourinho

FORTALEZA-CEARÁ

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Carneiro, Taís Fontenelle.

Percepção de adolescentes em situação de descumprimento da condicionalidade educacional sobre o Programa Bolsa Família [recurso eletrônico] / Taís Fontenelle Carneiro. ? 2018.

1 CD-ROM: il.; 4 ? pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 86 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) ? Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências da Saúde, Mestrado Profissional em Saúde da Criança e do Adolescente, Fortaleza, 2018.

área de concentração: Saúde da Criança e Adolescência.

Orientação: Prof.ª Dra. Lídia Andrade Lourinho.

1. Programas governamentais. 2. Adolescente. 3. Saúde do Adolescente. 4. Evasão Escolar. I. Título.

TAIS FONTENELLE CARNEIRO

PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DA
CONDICIONALIDADE EDUCACIONAL SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

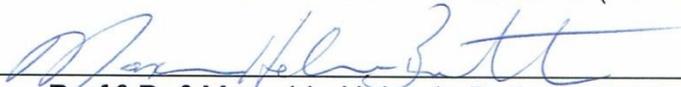
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Saúde da Criança e do Adolescente do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente. Área de concentração: Saúde da Criança e do Adolescente.

Aprovada em: 27/02/2018

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Lídia Andrade Lourinho - Orientadora
Centro Universitário Farias Brito-(FB-UNIII)



Prof.^a Dr.^a Maxmíria Holanda Batista (Membro Efetivo)
Universidade de Fortaleza-(UNIFOR)



Prof.^a Dr.^a Estefânea Élide da Silva Gusmão
Universidade Federal do Ceará-(UFC)

AGRADECIMENTOS

Eu sonhei com o mestrado em 2014, me dediquei para conquistar aprovação em 2015, enfrentei o curso em 2016 e 2017, finalmente completo este ciclo em 2018. Gratidão a Deus que me manteve de pé e permitiu contar com os anjos da guarda que foram uma família parceira e amigos mais que especiais de Cajueiro da Praia, Parnaíba e Fortaleza. Minha avó Teresinha e mãe Tânia, meus modelos de empoderamento feminino, acompanharam tudo desde o começo e se mostraram orgulhosas, mais confiantes em mim do que eu mesma. Meu pai, Luíz, muito obrigada pelo apoio e por ser exemplo de garra. Cássio meu namorado, não poupou cuidados me levando e trazendo de rodoviária nos horários mais inconvenientes, compreendendo minhas ausências e afazeres, com fé na minha capacidade.

O que em muitos momentos me parecia “impossível” aconteceu, consegui manter estudo e trabalho em estados diferentes. Graças ao apoio da família Lúis, Juliana e Mateus que me acolheram em Fortaleza, incentivaram e proporcionaram momentos mais leves, a amiga Natércia que pôde me oferecer caronas me poupando de longos trajetos e me aconchegou em seu grande coração, aos demais amigos de turma que além de companheirismo nas disciplinas, trabalhos e provas, foram um suporte emocional e gastronômico, a equipe da coordenação que mediu tudo de maneira prestativa e amiga, tornando a minha distância em alguns momentos bem menor.

Gratidão também à equipe de professores com vasto currículo e experiência, que estiveram dispostos a nos ensinar, às vezes mais leves, duros, leve-duro, mas incansáveis. Agradecimento a minha orientadora Dra Ana Carina Stelko Pereira com quem iniciei e partilhei ideais, me inseriu em um novo mundo acadêmico sem perder de vista o equilíbrio entre teoria e prática. Conte também com o auxílio da minha coorientadora Dra Lidia Andrade Lourinho que agregou muito valor ao nosso estudo e comprou essa empreitada de maneira entusiasmada e sábia. Agradeço também as pessoas de Cajueiro da Praia que colaboraram com este estudo, os colegas de trabalho e os voluntários.

Muito aprendi sobre pessoas, instituições, políticas públicas, vulnerabilidade social. Me sirvo do pensamento de Manoel de Barros para me expressar: “Poderoso para mim não é aquele que descobre ouro. Para mim poderoso é aquele que descobre as insignificâncias do mundo e as nossas. Por essa pequena sentença me elogiaram de imbecil. Fiquei emocionado e chorei. Sou fraco para elogios.”

A escalada foi árdua, mas sem dúvidas me fortaleceu como pessoa e profissional. Hoje compreendo que a força de vontade tem um enorme poder que supera tudo. Que venham novas empreitadas e que o acaso seja gentil.

Gratidão.

RESUMO

O Programa Bolsa Família (PBF) favorece a permanência de crianças e jovens na escola. A educação está associada à promoção de saúde e impacta no desenvolvimento saudável. Há adolescentes de famílias beneficiárias do PBF que não alcançam a frequência escolar mínima exigida, havendo carência de estudos investigativos das concepções dos adolescentes sobre o tema. Este estudo tem como objetivo analisar a percepção de adolescentes que descumprem a condicionalidade educacional do PBF sobre os motivos para se ausentarem das aulas e o que pensam sobre o programa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa. O estudo foi realizado por meio de entrevista semi-estruturada com 15 beneficiários de 12 a 17 anos, 7 do sexo feminino e 8 do sexo masculino, selecionados a partir da lista de descumprimento da condicionalidade educacional referente a um Centro de Referência da Assistência Social de um município de pequeno porte do Piauí, Cajueiro da Praia. As entrevistas foram realizadas no domicílio de cada participante com áudio gravado, transcritas integralmente e analisadas conforme técnica de análise de conteúdo de Minayo (2014). Os resultados foram organizados em categorias e sub-categorias. Desta forma foram construídas quatro grandes categorias: Percepções da relevância do Programa - O programa Bolsa Família e seu funcionamento; Mudanças na vida do adolescente e da sua família depois do benefício do Programa Bolsa Família - a interação entre o adolescente e a saúde; Os motivos para descumprir a condicionalidade educacional - A ausência da escola; O que poderia mudar no Programa Bolsa Família. Conclui-se que é importante que esses adolescentes de baixa renda, moradores de uma cidade pequena, com pouco desenvolvimento econômico e que demonstraram poucos planos para seu próprio futuro, possam se dedicar a si próprios, reconhecendo seu valor e capacidade, o que consequentemente repercute em mais autocuidado em saúde e melhor desempenho escolar. Isso evidencia e confirma que existe uma forte relação entre o desenvolvimento do adolescente de baixa renda e seu acesso a serviços públicos de qualidade, como saúde e educação, para se tornar um adulto com desenvolvimento integral, um futuro próspero e com oportunidades de independência com crescimento financeiro e social.

Palavras-chave: Programas governamentais. Adolescente. Saúde do Adolescente. Evasão Escolar.

ABSTRACT

The Programa Bolsa Família (PBF) favors the permanence of children and young people in school. Education is associated with health promotion and impacts on healthy development. There are adolescents from beneficiary families of the BFP who do not reach the minimum required school attendance, and there is a shortage of investigative studies of the adolescents' conceptions about the subject. This study aims to analyze the perception of adolescents who disregard the educational conditionality of the PBF about the reasons for absences from classes and what they think about the program. This is a qualitative research. The study was carried out through a semi-structured interview with 15 beneficiaries aged 12 to 17 years, 7 females and 8 males, selected from the noncompliance list of educational conditionality referring to a Reference Center for Social Assistance of a small municipality of Piauí, Cajueiro da Praia. The interviews were conducted at the home of each participant with recorded audio, fully transcribed and analyzed according to Minayo's content analysis technique (2014). The results were organized into categories and sub-categories. In this way four main categories were constructed: Perceptions of the relevance of the Program - The PBF and its operation; Changes in the life of the adolescent and his family after the benefit of the PBF - the interaction between adolescents and health; The reasons for noncompliance with educational conditionality - Absence of school; What could change in the PBF. It is concluded that it is important that these low-income adolescents, residents of a small city with little economic development and who have shown few plans for their own future, can dedicate themselves, recognizing their value and capacity, which consequently affects more self-care in health and better school performance. This confirms and confirms that there is a strong relationship between the development of low-income adolescents and their access to quality public services, such as health and education, to become an adult with integral development, a prosperous future and opportunities for independence with growth financial and social.

Keywords: Government programs. Adolescent. Adolescent Health. School Evasion.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| CADÚNICO | Cadastro Único |
| CRAS | Centro de Referência da Assistência Social |
| CGAIE | Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar |
| DPEDHUC | Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania |
| FJP | Fundação João Pinheiro |
| FADC | Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| Inep | Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| PBF | Programa Bolsa Família |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PNAS | Política Nacional de Assistência Social |
| PSE | Programa Saúde na Escola |
| MEC | Ministério da Educação |
| MDS | Ministério do Desenvolvimento Social |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| SCFV | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos |
| SECADI | Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão |
| SICON | Sistema Integrado de Consignação Online |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| UAPS | Unidade de Atenção Primária à Saúde |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 | OBJETIVOS | 14 |
| 2.1 | GERAL | 14 |
| 2.2 | ESPECÍFICOS | 14 |
| 3 | REVISÃO DE LITERATURA | 15 |
| 3.1 | A EVASÃO ESCOLAR NA ATUALIDADE E DIÁLOGOS COM A SAÚDE | 15 |
| 3.2 | O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO INCENTIVO A EDUCAÇÃO | 19 |
| 3.3 | DESVELANDO AS PERCEPÇÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA..... | 25 |
| 4 | MÉTODO | 34 |
| 4.1 | TIPO DE ESTUDO..... | 34 |
| 4.2 | CENÁRIO DA PESQUISA | 36 |
| 4.3 | PARTICIPANTES DA PESQUISA | 37 |
| 4.3.1 | Critério de inclusão | 37 |
| 4.3.2 | Critério de exclusão | 38 |
| 4.4 | PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS | 38 |
| 4.5 | ANÁLISES DOS DADOS | 40 |
| 4.6 | ASPECTOS ÉTICOS..... | 41 |
| 5 | RESULTADOS E DISCUSSÕES | 43 |
| 5.1 | UM RETRATO DA NOSSA REALIDADE – PERFIL DEMOGRÁFICO DOS PARTICIPANTES..... | 43 |
| 5.2 | DISCUSSÕES DAS ENTREVISTAS..... | 48 |
| 5.2.1 | Percepções da relevância do Programa - O programa Bolsa Família e seu funcionamento | 48 |
| 5.2.2 | Mudanças na vida do adolescente e da sua família depois do benefício do Programa Bolsa Família – a interação entre o adolescente e a saúde | 52 |
| 5.2.3 | Os motivos para descumprir a condicionalidade educacional - a ausência da escola | 55 |
| 5.2.4 | O que poderia mudar no Programa Bolsa Família | 62 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 66 |
| | REFERÊNCIAS | 69 |

| | |
|--|----|
| APÊNDICES | 76 |
| APÊNDICE A - TABELA DE MOTIVOS DA BAIXA FREQUÊNCIA | 77 |
| APÊNDICE B - DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS:..... | 80 |
| APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PAIS OU RESPONSÁVEIS)..... | 81 |
| APÊNDICE D - TERMO ASSENTIMENTO A ESTUDANTES MENORES DE 18 ANOS | 83 |
| APÊNDICE E - CARTA DE ANUÊNCIA..... | 85 |
| APÊNDICE F - TERMO DE FIEL DEPOSITÁRIO..... | 86 |

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase do desenvolvimento em que ocorrem mudanças físicas e psicológicas; é quando o indivíduo começa a tornar-se independente dos pais e dar mais valor aos pares; é também quando o indivíduo quer explorar uma variedade de situações com as quais ele ainda não sabe bem como lidar. O adolescente deve ter voz. Para isso é necessário que se oportunize que apresente o que pensa e sente sobre o que vive, pois pode contribuir para um maior entendimento de suas dificuldades e de como superá-las, dentre as quais, às relativas a sua educação (SAPIENZA & PEDROMÔNICO, 2005).

O Brasil é um país populoso com grande número de adolescentes, sendo que no Nordeste os indivíduos que possuem entre 10 e 19 anos de idade correspondem a 19,6% da população de acordo com o último Censo do IBGE do ano de 2010. Estes necessitam se desenvolver de maneira ampla, bio-psico-socialmente, independente da classe social a qual pertençam. Contudo, há desafios em diversos âmbitos, o que pode acarretar em consequências negativas para o desenvolvimento. Há famílias que dependem do Programa Bolsa Família (PBF) para superar suas vulnerabilidades e proporcionar bem estar para seus membros na fase da adolescência, que possuem um papel central no programa, e muitos encontram-se vulneráveis no contexto educacional e de saúde.

O PBF é um importante programa social de transferência de renda do Governo Federal para as famílias brasileiras e também uma estratégia governamental para buscar diminuir a evasão escolar, que tornou-se vigente no ano de 2001. Este fornece auxílio econômico a famílias cujas crianças e adolescentes estejam frequentando adequadamente a escola (75% de presença quando com 16 a 18 anos e 85% com idade de 6 a 15 anos) e tenham renda per capita de R\$ 85,00 a R\$ 170,00 mensais (BRASIL, 2017).

O PBF visa proporcionar as famílias superação de vulnerabilidades a partir de dois eixos: alívio imediato da fome através da transferência de renda direta para as famílias e imposição de condicionalidades para os beneficiários. Para receber o benefício os usuários devem cumprir os seguintes compromissos ou condicionalidades: a vacinação atualizada e a presença escolar. Contudo, muitas famílias possuem dificuldade em cumprir estas condicionalidades e um reflexo dessa realidade são os altos índices de evasão escolar, entre outros.

De acordo com dados do Portal Brasil, a baixa frequência acarretou no ano de 2011 o cancelamento de 20 mil benefícios do Bolsa Família, sendo que o pagamento de

56.084 benefícios foi suspenso por 60 dias. Outros 70.575 foram bloqueados, voltando a serem recebidos os valores retroativos (PORTAL BRASIL, 2017).

Um a cada quatro alunos brasileiros que inicia o Ensino Fundamental abandona a escola antes de completar a última série, conforme Relatório de 2012, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Assim, muitas vezes a evasão escolar é passivamente assimilada e tolerada por escolas e sistemas de ensino, que chegam a admitirem a matrícula de um número mais elevado de estudantes por turma do que o adequado, já contando com a "desistência" de muitos ao longo do ano letivo (DIGIÁCOMO, 2017).

Cuidados à saúde e promoção da escolarização estão interligados e são fundamentais para os adolescentes. Historicamente, de acordo com Rezende e Dantas (2009), saúde e educação possuem o dever de cumprir suas missões para realizar seu papel social. Segundo os mesmos autores, a relação entre saúde e educação amplia a capacidade das pessoas assumirem o cuidado e o controle sobre o corpo e a vida, pois enfatizam que um importante motivo, além da obtenção dos conhecimentos formais para manter as crianças na escola, é uma boa saúde.

A relação entre educação e saúde, tem como produto a qualidade de vida, destacando-se nos estudos promovidos pela OMS, como questão essencial a ser vista em todas as áreas de conhecimento. Estabelecem-se relações de seu conceito e contexto com a cultura, os valores, os padrões socio-político-econômicos, os níveis e oportunidades educacionais, enfim, com aspectos do contexto geral da sociedade, necessários ao bem-estar (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1995).

O dia-a-dia de trabalho nas intuições que prestam serviços aos usuários do programa e seus familiares, revelam aos profissionais a necessidade de repensar suas práticas, promovendo o diálogo com as áreas educacional, da saúde, da assistência social, das políticas públicas, entre outras, baseando-se em pesquisa científica e promovendo a transversalidade entre as áreas, a partir de uma visão integral e multidisciplinar do ser humano. A interação entre diversas áreas de conhecimento pode produzir conhecimento útil ao trabalho de profissionais cujos anseios, dúvidas e práticas se aproximam aos presentes neste estudo.

Este estudo tem como pressupostos de pesquisa: Quais os motivos elencados pelos adolescentes para não estarem cumprindo plenamente a condicionalidade educacional do PBF? Como estes percebem a relevância do PBF para si mesmo e para seus familiares? Quais seriam as características ideais do PBF e da condicionalidade educacional? Existem relações evidentes com a questão da saúde?

A partir dos questionamentos acima, a presente pesquisa intenta auxiliar o dia-a-dia do trabalho nas intuições que prestam serviços aos usuários do programa e seus familiares, revelando aos profissionais a necessidade de repensar suas práticas, promovendo o diálogo com as áreas: educacional, saúde, assistência social. A interação entre diversas áreas de conhecimento pode produzir conhecimento útil ao trabalho de outros profissionais cujos anseios, dúvidas e práticas se aproximam aos presentes neste estudo. Espera-se contribuir para a construção de novos saberes e o aperfeiçoamento do PBF, ao se elaborar materiais para auxiliar em sua implementação, como o vídeo proposto ao final desta dissertação a partir das percepções de seus usuários adolescentes.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Analisar a percepção de adolescentes que descumprem a condicionalidade educacional do Programa Bolsa Família sobre os motivos para estarem se ausentando das aulas e o que pensam sobre o programa.

2.2 ESPECÍFICOS

- a) Conhecer as razões pelas quais os adolescentes estejam descumprindo a condicionalidade educacional do PBF, segundo eles próprios;
- b) Identificar como os adolescentes que estejam descumprindo a condicionalidade educacional avaliam a relevância do PBF para si mesmos, quanto a sua saúde, e para suas famílias;
- c) Compreender quais seriam as características ideais do PBF e da condicionalidade educacional de acordo com os adolescentes que estejam descumprindo esta condicionalidade.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção serão descritos os principais aspectos que impulsionaram a discussão sobre os descumprimentos da condicionalidade educacional pelos adolescentes usuários do PBF. Estes são importantes argumentos que dispararam a problematização do estudo por meio do levantamento da literatura pertinente ao tema.

3.1 A EVASÃO ESCOLAR NA ATUALIDADE E DIÁLOGOS COM A SAÚDE

A evasão escolar caracteriza-se como um processo de faltas do aluno em sala de aula e até abandono, culminando em fracasso escolar. Quando as crianças e os jovens evadem a escola, o desenvolvimento futuro do país certamente é comprometido. A baixa escolaridade tem efeitos colaterais num ponto de vista micro e macro dentro de uma sociedade, ou seja, repercutindo a principio em uma família, a posteriori numa cidade e com a repetição do fato, pode repercutir no país inteiro (BICA, 2016).

A evasão escolar é um problema crônico em todo o Brasil. Esta evasão compromete o nível de escolaridade dos indivíduos brasileiros, refletindo no baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país (valor que combina expectativa de vida, acesso a conhecimento e renda per capita). O IDH brasileiro é menor que a média dos países da América Latina e Caribe, encontrando-se na posição 85^a do ranking (DIGIÁCOMO, 2017).

O Brasil possui a menor média de anos de estudo entre os países da América do Sul. Segundo dados de 2010, a escolaridade média do brasileiro era de 7,2 anos – mesma taxa do Suriname – enquanto são esperados 14,2 anos. No cenário latinoamericano, quem lidera esse índice é o Chile, com 9,7 anos de estudo por habitante, seguido da Argentina, com 9,3 anos, e da Bolívia, com 9,2 anos.

Estes dados de escolaridade foram contestados pelo Inep (Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP) que afirmou que o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2011 aponta uma escolaridade média de 7,4 anos por habitante, o que deixaria o país à frente da Colômbia e do Suriname. O instituto alega também que o PNUD desconsidera 4,56 milhões de crianças de 5 anos matriculadas na pré-escola e em classes de alfabetização, o que elevaria a expectativa de anos estudados no país para 16,7. Independentemente das discordâncias quanto aos índices de escolaridade, sabe-se que a frequência escolar no Brasil é ainda baixa em relação ao que seria ideal.

Ademais, a evasão escolar é um problema muito grave, pois é inequívoco que a escolarização é essencial para o desenvolvimento humano. A escolarização se trata de uma das principais formas dos indivíduos adquirem o conhecimento acumulado pelas outras gerações e desenvolverem habilidades para transformar a realidade em que vivem (DIGIÁCOMO, 2017).

O relatório *Education at a Glance* (Um olhar sobre a educação), elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2017, revela que no Brasil, entre os jovens de 18 anos, menos da metade cursa o Ensino Médio ou Superior. A taxa para os países da OCDE é de 75% de alunos de 18 anos, na mesma situação.

É no cenário escolar que ocorrem ações importantes como o Programa Saúde na Escola (PSE), que é uma política intersetorial da Saúde e da Educação instituída em 2007. Neste as áreas da saúde e da educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira se unem para promover saúde e educação integral. A articulação entre Escola e Rede Básica de Saúde é a base do PSE e deve propiciar a sustentabilidade das ações a partir da conformação de redes de corresponsabilidade tendo enquanto diretrizes:

“I. Tratar a saúde e educação integrais como parte de uma formação ampla para a cidadania e o usufruto pleno dos direitos humanos; II. Permitir a progressiva ampliação intersetorial das ações executadas pelos sistemas de saúde e de educação com vistas à atenção integral à saúde de crianças e adolescentes; III. Promover a articulação de saberes, a participação dos educandos, pais, comunidade escolar e sociedade em geral na construção e controle social das políticas públicas da saúde e educação; IV. Promover a saúde e a cultura da paz, favorecendo a prevenção de agravos à saúde, bem como fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e de educação; V. Articular as ações do Sistema Único de Saúde (SUS) às ações das redes de educação pública de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos educandos e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis; VI. Fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar; VII. Promover a comunicação, encaminhamento e resolutividade entre escolas e unidades de saúde, assegurando as ações de atenção e cuidado sobre as condições de saúde dos estudantes; VIII. Atuar, efetivamente, na reorientação dos serviços de saúde para além de suas responsabilidades técnicas no atendimento clínico, para oferecer uma atenção básica e integral aos educandos e à comunidade.” (Ministério da Saúde, 2011, p.07).

Assim, o enfrentamento à evasão escolar é importante para a promoção da saúde em vários aspectos, visto que educação e saúde são consideradas áreas relacionadas. Quando ocorre de uma criança ou um adolescente se evadir da escola, todas as ações baseadas nas diretrizes do PSE não podem ser aplicadas. O aluno que se evade perde todas estas oportunidades de saúde na escola, além dos conteúdos programáticos de cada série, aprendizagens sociais e diversos outros aspectos. Adicionalmente, sabe-se que pessoas com maior escolaridade tem maior condição de se cuidar no tocante a saúde, higiene, bem-estar,

entre outros aspectos, seja porque normalmente apresentam maior remuneração, facilitando o acesso a remédios, produtos e serviços de saúde, como também tem maior compreensão leitora (ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES, 2012).

A educação está extremamente relacionada com a saúde das pessoas, pois uma vida saudável é sinônimo de melhor função cognitiva. Um estudo da Universidade de Melbourne mostra que um ano a mais na escola afeta significativamente a dieta, rotina de atividades físicas e outros hábitos saudáveis, mesmo muito tempo após a conclusão do Ensino Médio. Os pesquisadores descobriram que o ano adicional aumentou a saúde de adultos em aproximadamente 17% (UNIVERSIA, 2017).

Carvalho (2013) defende que a boa saúde contribui para prioridades sociais como o bem-estar, a educação, a coesão social, a preservação do meio ambiente, o aumento da produtividade e o desenvolvimento econômico. Isso gera um “círculo virtuoso” no qual a saúde e os seus determinantes como a educação se retroalimentam e se beneficiam mutuamente.

Ademais, acesso à saúde e educação é um direito prioritário na infância e adolescência. A lei 8.069 é um estatuto que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. O artigo 4º elucida que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Fica evidente assim que o adolescente reconhecidamente por lei necessita de um amparo de diversos atores, de maneira global para garantir seu desenvolvimento pleno até a idade adulta. A saúde e a educação, citadas no artigo 4º da lei 8.069, promovem este amparo. Contudo, nem sempre há equilíbrio entre as esferas envolvidas. O desequilíbrio entre saúde e educação principalmente nas famílias de baixa renda e em vulnerabilidade social, são impactantes na vida do adolescente:

“As desigualdades na organização da sociedade implicam que a liberdade para gozar de uma vida próspera e de boa saúde esteja distribuída de forma desigual dentro e entre sociedades. Essa desigualdade pode ser constatada nas condições vigentes na primeira infância e idade escolar, na natureza das condições laborais e de emprego, nas características físicas do ambiente de trabalho e na qualidade do ambiente natural em que as pessoas habitam. Do mesmo modo, a estratificação social determina o acesso e uso diferenciado de cuidados de saúde, com consequências para a promoção desigual de saúde e bem-estar, prevenção e recuperação de doenças e sobrevivência.” Carvalho (2013)

Sousa, Santos e Jacinto (2013) esclarecem que as evidências, a partir de estudos empíricos, sugerem que as pessoas de nível educacional mais elevado tendem a ter comportamentos mais saudáveis. A renda é um fator importante e interage com a educação influenciando na saúde, pois, pessoas com maior nível de escolaridade têm mais possibilidades de obter um salário maior no futuro. Cuidados médicos e remédios são mais acessíveis aos indivíduos que possuem mais recursos disponíveis. Indivíduos com melhor condição social possuem mais acesso a condições sanitárias adequadas, lazer, habitação, entre outros. Pessoas mais escolarizadas têm mais incentivos a reduzir comportamentos prejudiciais à saúde como consumo excessivo de álcool, entre outros. O acesso a informações de saúde também está associado de forma indireta à educação.

De acordo com a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), os determinantes sociais da saúde estão relacionados às condições em que uma pessoa vive e trabalha. Também podem ser considerados os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e fatores de risco à população, tais como moradia, alimentação, escolaridade, renda e emprego.

Sousa, Santos e Jacinto (2013) afirmam ainda que variados estudos já confirmaram uma correlação positiva entre educação e saúde, e defendem que a educação não age sobre a saúde de forma isolada de outros fatores. As evidências partem de três hipóteses causais que foram confirmadas em seu estudo sobre os efeitos da educação sobre o estado de saúde do indivíduo na região Nordeste do Brasil: a educação afeta o estado de saúde; o estado de saúde afeta educação e, há uma relação de bi causalidade simultânea entre educação e saúde.

Grossman (2015) relata que estudos sugerem que completar os anos de estudo da educação formal possui uma importante correlação com uma boa saúde. Por razões teóricas e empíricas, essa relação positiva entre escolaridade e saúde é fundamental também para áreas como a economia. O autor exemplifica com a situação em que alunos com a saúde comprometida podem se prejudicar não indo à escola, faltando aula e resultando em um aprendizado comprometido.

Chiavegatto et al (2015) afirmam que é preciso analisar os determinantes individuais e contextuais do uso de serviços de saúde, pois o uso desigual desses serviços pode afetar a sociedade como um todo. Os autores realizaram um estudo no qual analisaram a prevalência e fatores associados à utilização de serviços de saúde por adultos. Como resultados foram encontrados características individuais como maior escolaridade e ter plano

de saúde como determinantes do uso de serviços de saúde. A escolaridade apresentou efeito acima do encontrado para a renda individual, sendo que este dado concorda com teorias que defendem que pessoas com mais anos de educação estariam mais dispostas a investir na sua própria saúde. Assim, independentemente da presença ou não de problemas graves de saúde, indivíduos com maior escolaridade frequentariam mais os serviços de saúde, principalmente para consultas preventivas ou de rotina.

Diante dos diversos malefícios da evasão escolar, há dispositivos governamentais para buscar coibi-la. O art.12, do inciso VIII da Lei nº 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, orientando os estabelecimentos de ensino sobre como respeitar normas comuns e atribuindo incumbências ao seu sistema de ensino. Mais especificamente o artigo acima citado esclarece que é dever da escola:

“Elaborar e executar sua proposta pedagógica; prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos; notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.” (BRASIL. Lei nº 9.394, 1996, art.12)

Desta forma, fica evidente que há uma relação direta entre essas duas grandes áreas – Educação e Saúde.

3.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO INCENTIVO A EDUCAÇÃO

Para além desta lei citada, no Brasil, existe o programa Bolsa Família, o qual é um programa de transferência de renda importante para manter crianças e adolescentes estudando, ainda que seus efeitos possam ser ampliados. Criado em 2001, o programa Bolsa Escola, iniciativa do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, funcionava como um programa de transferência de recursos para a manutenção das crianças nas escolas. No ano de 2003 foi criado o Programa Bolsa Família e este incorporou o Bolsa Escola no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Foi instituído pela Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003, convertida em lei em 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal n. 10.836 que unificou e ampliou programas anteriores. O público alvo do PBF é delimitado pela renda. Os valores do benefício variam de acordo com a renda apresentada pelas famílias, bem como de acordo com o número de crianças, adolescentes, gestantes ou nutrizes que as compõem.

Segundo dados da Fundação Abrinq, o Brasil atualmente possui aproximadamente 60,5 milhões de crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos, sendo que no Nordeste representam 32,8% da população. Mais da metade da população de crianças e adolescentes vive em zonas rurais no Nordeste, totalizando um número de 5.538.899. Assim, 14,9 milhões de famílias estão caracterizadas em pobreza (pessoas que vivem com renda domiciliar per capita mensal igual ou inferior a meio salário mínimo) e 11 milhões em extrema pobreza (pessoas que vivem com renda domiciliar per capita mensal igual ou inferior a um quarto de salário mínimo).

Segundo Cacciamali et al (2010), há redução de 2,50% no Brasil em relação a probabilidade de a criança não estudar e nem trabalhar quando recebe auxílio do PBF. Essa redução chega a 4% quando se trata da área rural. Em relação às regiões geográficas, constata-se uma redução da ociosidade de aproximadamente 3,5% no Norte e Nordeste do país. As chances de a criança sair da atividade trabalhadora e somente estudar também aumenta em 1,36% se participar do programa. Em termos regionais, o maior impacto do programa na possibilidade de a criança só estudar ocorre na região Norte (3,5%), seguida do Centro-Oeste (2,3%) e do Nordeste (1,6%).

Assim, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do Ensino Fundamental, bem como no Ensino Médio, os resultados do PBF são importantes na redução do abandono escolar (CAMPELLO & NERI, 2013). Mas, cabe ressaltar que segundo Cacciamali et al. (2010) os programas com condicionalidade de educação não apresentam efeitos tão significantes sobre a incidência de trabalho infantil, mas sim sobre a frequência escolar. Os programas de transferência de renda aumentam as chances de as crianças pobres estudarem, mas não reduzem as chances de estarem ocupadas. Isso se dá porque, provavelmente, ocorre apenas uma alteração no tempo alocado entre estudo e trabalho, considerando que os benefícios pagos pelos programas são insuficientes para incentivar o abandono da ocupação.

Ainda que os efeitos do PBF sobre a escolaridade possam ser potencializados, este programa é relevante sendo importante descrevê-lo com mais detalhes. O programa de transferência de renda PBF envolve a PNAS (Política Nacional de Assistência Social), responsável pela atenção básica às famílias beneficiárias do programa. Este programa inicialmente foi elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2013). Atualmente o MDS sofreu alterações executadas pela medida provisória 726 de 2016, pelo presidente em exercício, Michel Temer. Nesta medida houve a fusão entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, intitulado atualmente por Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. Os

beneficiários do programa somam mais de 50 milhões de brasileiros, sendo 13,5 milhões de famílias no ano de 2016 de acordo com os dados publicados pelo Portal Brasil.

Para se tornar um beneficiário do programa, a família ou um representante familiar deve comparecer até a prefeitura de sua cidade e solicitar o cadastramento no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal. O CadÚnico é um instrumento de coleta de dados e informações que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda. Para fazer esse cadastro é necessário levar todos os documentos pessoais e de renda de todos os membros da família.

As famílias passam então por avaliação e caso possuam renda mensal de até R\$ 170,00 *per capita*, se enquadram em situação de pobreza e podem se beneficiar do PBF. Para saber se foi incluído no programa, o representante familiar deve consultar o responsável pelo Bolsa Família junto à prefeitura da sua cidade ou então consultar a lista de famílias beneficiárias por meio de página na internet. Os valores desses benefícios podem variar consideravelmente de acordo com a situação de cada família, o seu repasse ocorre via a utilização de cartão eletrônico mensalmente, tendo ocorrido aumento nos valores em julho de 2016, sendo de seis tipos os benefícios.

Um tipo se refere ao “benefício básico” o qual é concedido às famílias que vivem em situação de pobreza ou de extrema pobreza, ou seja, as famílias que contam com uma renda mensal por pessoa abaixo de R\$ 77,00 e passam a receber R\$85,00 mensais de auxílio. Um segundo tipo é o “benefício variável de 0 a 15 anos” que é oferecido às famílias que possuam em sua composição crianças e adolescentes de até 15 anos de idade. O valor do benefício é de R\$ 39,00 por criança/adolescente, havendo o limite de se pagar o correspondente a até cinco crianças/adolescentes, podendo, chegar aos R\$ 195,00.

Um terceiro modo de auxílio é o “benefício variável do jovem” destinado à família que tenha adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição, com limite de auxílio a, no máximo, dois jovens inscritos por grupo familiar, sendo R\$ 46,00 mensalmente por jovem cadastrado no grupo familiar.

Uma quarta modalidade de benefício é o “variável à gestante” para quando há mulheres grávidas na família, as quais tem por direito receber durante os 9 meses de gestação, um acréscimo de R\$ 35,00 mensais. Pode ser solicitado assim que a mulher iniciar o acompanhamento com a equipe de atenção básica de saúde no município, que registra a data da última menstruação e a encaminha para a realização do pré-natal. Há também o benefício “variável nutriz” no qual a família beneficiária que possui como membro um bebê de até 6

meses de vida tem direito a seis pagamentos mensais de R\$ 35,00, a, no máximo, cinco bebês por família.

Por fim, existe o benefício “superação da extrema pobreza” o qual é fornecido a famílias que mesmo após receberem benefícios permanecem em caso de extrema carência e pobreza, ou seja, permanecem com renda per capita de até R\$85,00. Assim, este benefício busca complementar a renda com um valor que permita ultrapassar o limite de renda de extrema carência e pobreza.

Com o aumento de 12,5% cedido pelo Governo do presidente em exercício Michel Temer em 2016, foram elevados os gastos públicos com o programa, passando a um valor de 2 bilhões ao ano com estimativas de aumento deste valor. Há elevação do número de desempregados no Brasil, de modo que mais pessoas tem requerido esse benefício social. Para garantir que somente as pessoas que estão dentro do perfil recebam o benefício, o governo está retirando os benefícios das famílias com informações conflitantes ou com problemas de cadastro. Quando o benefício é cortado, ou tiver reduzido de valor, o responsável familiar deve procurar o posto de atendimento do Bolsa Família da sua cidade para recadastrar seus dados e solicitar novamente o benefício (MATOSO, 2017).

Aqueles que estão recebendo o benefício devem estar atentos ao cumprimento das condicionalidades, que são as exigências do programa para que a família receba o benefício. São compromissos que as famílias assumem junto ao governo federal e são de fundamental importância para que se mantenham no programa. As condicionalidades são na área de Saúde e Educação e devem ser cumpridas para que o benefício não seja cancelado, bloqueado ou suspenso.

Este trabalho tratará especialmente da condicionalidade educacional exposta para o PBF. Assim, cabe descrever o processo pelo qual se dá o reconhecimento de famílias que não a estejam cumprindo. Compete à Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do MEC, por meio de sua CGAIE (Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar) Decreto nº 7.690 de 02 de Março de 2012:

“i) acompanhar, em parceria com os sistemas de ensino, a condicionalidade em educação de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família; e ii) propor políticas educacionais intersetoriais de inclusão escolar de crianças, adolescentes e jovens em situações de vulnerabilidade”. CAMPELLO & NERI (2013, p. 285).

As famílias têm por obrigação: matricular as crianças de 6 a 15 anos em estabelecimento regular de ensino; garantir a frequência escolar de no mínimo 85% da carga horária mensal do ano letivo para os indivíduos de 6 a 15 anos e manter a frequência de

jovens de 16 e 17 anos de 75% de presença na escola; informar sempre à escola em casos de impossibilidade do comparecimento do aluno à aula e apresenta a devida justificativa; informar sempre que houver uma mudança de escola. A família pode dirigir-se ao programa Bolsa Família e comunicar a alteração para que tudo seja registrado e seja feito o acompanhamento efetivo da frequência escolar.

Tendo-se apresentada a condicionalidade educacional, cabe descrever como ocorre a fiscalização quanto ao cumprimento desta. Cada escola é responsável por informar as frequências escolares dos estudantes por meio online de um acesso restrito ao Sistema Presença do Ministério da Educação. No Município de Cajueiro da Praia (Piauí) os diários de classes dos professores das disciplinas mais elementares e com maior carga horária, como Língua Portuguesa e Matemática são utilizados como base para o cálculo da frequência e se preenche uma lista sobre motivos das ausências, seguindo as orientações do MEC.

Esta lista (Sistema Presença) foi elaborada pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada; Alfabetização, Diversidade e Inclusão, mais especificamente pela Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania e da Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar (SECADI/ DPEDHUC/ CGAIE) e contou com a colaboração de Coordenadores/as Estaduais e Municipais do Programa Bolsa Família na Educação.

O Sistema Presença tem como meta a elaboração de três tipos de relatórios separados:

- 1) Motivos da Baixa Frequência;
- 2) Situações Coletivas;
- 3) Outros registros.

Em relação aos motivos da baixa frequência, conforme explicitado em detalhes no Anexo 1, o sistema considera 4 classes que se desdobram em 19 motivos.

Uma destas classes envolve questões de estrutura escolar e do trajeto casa-escola, que se refere a três itens: inexistência de oferta de serviços educacionais, fatos que impedem o deslocamento à escola, inexistência de serviço/atendimento educacional à pessoa com deficiência/necessidades especiais, violência/discriminação/agressividade no ambiente escolar. Outra classe se refere a questões familiares que envolvem quatro itens: doença/óbito na família, negligência dos pais ou responsáveis, exploração/abuso sexual/violência doméstica. Uma terceira categoria se refere a questões do aluno que se referem a quatro itens: gravidez, conclusão do Ensino Médio, suspensão escolar, desinteresse/desmotivação pelos

estudos, abandono escolar/desistência. Por fim, outra categoria se refere a questões sociais como mendicância/trajetória de rua e necessidade de trabalho.

É neste sistema presença em que caso a família apresente documentos comprobatórios que justifiquem as faltas, como atestados médicos, o profissional pode indicar por meio de códigos as justificativas ao MEC. Na experiência da autora deste trabalho, a qual é psicóloga de um CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), é comum um jogo de poder, em que por vezes a família quer imputar justificativas que não seguem a norma como falta, pedindo a escola uma “facilitação” e fazendo ameaças. Por outro lado, há também casos em que os professores ficam insatisfeitos com alunos que estão presentes na sala, mas não estão participativos, bem como com os pais que não mantêm contato para acompanhar a vida escolar dos filhos, apenas mantendo o filho na escola por conta do benefício social.

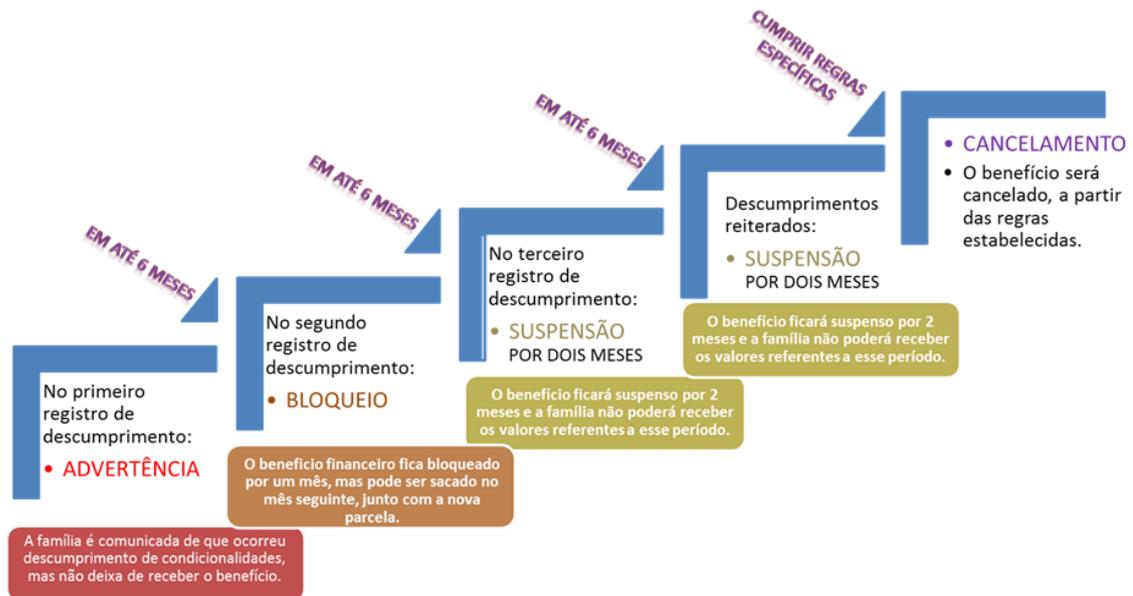
É importante salientar que é comum na experiência da autora que este repasse de informações quanto aos motivos da evasão escolar no sistema pelo profissional da escola seja realizado de modo deficitário. Preenche-se como motivo o campo “outros”, “a escola não informou o motivo”, “motivo inexistente na tabela” e “desinteresse/desmotivação pelos estudos”, o que dificulta os procedimentos que se seguirão. Assim, é possível que as escolas não estejam recebendo orientação e suporte necessários para conseguir realizar esta tarefa de forma adequada, conforme já apontado por Afonso (2004).

Independente de a escola ter investigado detalhadamente a situação da criança ou jovem, ou ter optado pelos códigos citados, a informação concernente ao aluno será encaminhada ao Sigpbf (Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família). Este sistema gerará informações que serão repassadas pelo sistema aos escritórios do Bolsa Família e CRAS de cada cidade. Nestes escritórios, um profissional terá uma senha de acesso restrito às listas e deve entrar em contato com profissionais do CRAS para acompanhamento familiar. Adicionalmente, a família recebe aviso do PBF impresso na conta de luz informando que necessitam procurar o CRAS de sua localidade devido ao descumprimento de condicionalidade (HELLMANN, 2015).

O profissional do CRAS (psicólogos e assistentes sociais) tem como atribuição realizar acompanhamento às famílias que estejam em descumprimento dessas condicionalidades (MDS, 2010). Deve-se verificar os motivos de a criança/adolescente não ter ido suficientemente à escola e prestar orientações à família. Costuma-se fazer os encaminhamentos de acompanhamento familiar e inclusão dos usuários do serviço para grupos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Cabe destacar que essas ações necessitam ser cadastradas no SICON por meio do acesso restrito para assistente

social e psicóloga(o) de cada CRAS, atualizando as informações da família. Se oferecidas oportunidades de assistência à família e ainda houver o descumprimento da condicionalidade, ocorrem penalidades. Os efeitos são gradativos e podem variar conforme o histórico de descumprimento da família, sendo estes: advertência, bloqueio, suspensão ou cancelamento do benefício, expostos a seguir.

Figura 1 - Etapas dos descumprimentos das condicionalidades do PBF



Fonte: Elaborado pela autora.

Advertência é o procedimento em que a família é comunicada de que houve o descumprimento de condicionalidades, mas não deixa de receber o benefício do Bolsa Família. O bloqueio é quando o benefício da família fica bloqueado por um mês, mas pode ser sacado no mês seguinte com a nova parcela. A suspensão envolve a situação em que o benefício da família fica suspenso por dois meses e a família não recebe posteriormente os benefícios deste período. O cancelamento se refere a quando a família deixa de participar do Bolsa Família. Para progressão de um efeito a outro, considera-se o período de seis meses (BRASIL, 2011).

3.3 DESVELANDO AS PERCEPÇÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Tendo-se discorrido sobre a relevância social do PBF quando se considera o montante de recursos financeiros dispendidos no mesmo e seus elementos centrais, cabe descrever percepções sobre este. Saber sobre estas percepções é relevante, pois se pode

melhorar a qualidade do programa bem como trabalhar na divulgação do mesmo, uma vez que por vezes bons programas podem ser extintos por não se ter apoio da sociedade em geral e por não ocorrer adequadamente, como tendo baixa adesão de parcela do público-alvo, como adolescentes beneficiários.

Após pesquisa sobre o Programa Bolsa Família e a condicionalidade educacional, foram encontrados estudos de percepções sobre o PBF que empregaram em geral métodos qualitativos, com entrevistas individuais ou grupos focais, por exemplo, com a população em geral (CASTRO; WALTER; SANTANA; SHANOU, 2009) com mães chefes de família (SANTOS; JUNIOR; OLIVEIRA; MELO & SOUZA, 2014), com professores, coordenadores e diretores de alunos beneficiários do programa (BRANDÃO; DALT, 2013), com os próprios adolescentes beneficiários (BARBOSA; DIÓGENES; SOUSA; MONT-ALVERNE, 2016), com agentes em nível estratégico no Ministério do Desenvolvimento Social e na Prefeitura (OLIVEIRA, 2014), com famílias beneficiadas (ARAÚJO, 2014), com beneficiários da área rural e urbana (GOMES, 2009), e com profissionais da escola e alunos beneficiários (SOARES, 2007). Descreve-se, a seguir, sucintamente, cada uma destas pesquisas apontando-se as lacunas ainda existentes quanto a conhecimento sobre percepções sobre o programa, as quais fundamentaram o objetivo e o método do presente estudo.

O estudo de Castro et al (2009) demonstrou que as críticas convivem com a percepção de que os principais objetivos do PBF estão sendo atingidos, incluindo o principal, que é a redução da pobreza. Este estudo foi realizado com base na opinião de 6.001 pessoas de diferentes regiões do país.

Percebeu-se nesta investigação (Castro et al, 2009) que três de cada quatro respondentes (72%) consideraram que o Bolsa Família acarreta em benefícios para o país, sendo que essa opinião variou significativamente entre as regiões. O Nordeste registrou o menor percentual de entrevistados que afirmaram que o Programa não faz diferença (10%), enquanto nas outras regiões esse percentual ficou na faixa de 13% a 16%. Inversamente, os maiores percentuais de pessoas que consideraram que o Bolsa Família traz mais desvantagens para o país ocorreu no Sul (17%) e no Centro-oeste (13%). Mesmo assim, foi majoritária a percepção positiva em todas as regiões brasileiras.

O objetivo de manutenção das crianças na escola foi apontado como benefício do PBF por 83% dos respondentes (Castro et al., 2009). Por outro lado, a eficácia na melhora da saúde das gestantes, foi apontada como benefício por apenas (64%), bem como o de combate à pobreza (65%). Dos respondentes que analisaram as afirmações de que o PBF combate à pobreza, mantém as crianças na escola, melhora a educação, combate ao trabalho infantil,

melhora a saúde de gestantes, e de crianças, 44% concordaram com todas as afirmações e 9% discordaram de todas elas.

Aqueles que conhecem algum beneficiário do Bolsa Família consideraram que o Programa traz mais benefícios para o Brasil (77%), de acordo com Castro et al. (2009). Inversamente, os que não conhecem beneficiários, mostraram maior tendência a considerar que o Programa não faz diferença (18%) ou traz mais “coisas ruins” para o Brasil (16%). Semelhantemente, os que conhecem algum beneficiário concordam mais frequentemente que o Programa ajuda a combater a pobreza. A porcentagem é de 69% dos entrevistados que conhecem algum beneficiário em comparação com 52% dos que não conhecem.

Ainda no estudo de Castro et al. (2009) sobre o uso do benefício de acordo com os participantes da pesquisa, o mais frequentemente percebido foi a compra de mais alimentos (79%) e de mais material escolar (75%). Os itens sobre a aquisição de mais artigos de uso pessoal e de mais utensílios para o lar foram assinalados por aproximadamente 60% dos entrevistados.

Já Santos, Junior, Oliveira, Melo e Souza (2014) analisaram a eficácia do PBF pela perspectiva dos beneficiários. Estes autores empregaram uma metodologia qualitativa envolvendo 50 mães, chefes de família, as quais foram entrevistadas e suas opiniões analisadas por meio do método do discurso do sujeito coletivo. Constatou-se que o beneficiário percebe como resultado de sua inserção no PBF: o aumento da renda, a melhoria da qualidade de vida da sua família, maior acesso à alimentos e materiais escolares para os filhos. Porém, o mesmo estudo indicou que poucas beneficiárias afirmaram que o programa permitiu terem oportunidade de emprego e a maioria relatou que ficaria desamparada caso o programa fosse suspenso. Assim os autores indicaram enquanto uma deficiência do programa não conseguir emancipar e desvincular as famílias, de modo que estas não necessitassem mais do benefício.

Pesquisas como esta contribuem para que se passe a observar aspectos importantes do programa como a emancipação das famílias. É ideal que as famílias tenham tanto a oportunidade de receber o auxílio, quanto sejam incentivadas a renunciar em caso de conseguir entrar no mercado de trabalho, superando sua vulnerabilidade. Para tal, é preciso receber um acompanhamento e suporte adequado do programa.

O estudo de Araújo (2014) teve por objetivo analisar o Programa Bolsa Família a partir das vivências das famílias beneficiadas na cidade de Tacima-PB, inquerindo pais de alunos e professores da turma do quarto ano do Ensino Fundamental de uma escola municipal. A turma possuía 20 alunos. A coleta de dados foi realizada por meio de

questionário, contendo perguntas subjetivas para as famílias. Para tanto, foi utilizado instrumento quali-quantitativo para analisar os dados obtidos.

As famílias das crianças participantes reconheceram a importância da educação para um bom desenvolvimento dos filhos, classificando o benefício como muito importante para o sustento familiar. Os que perderam o benefício sentiam a falta desse. A maioria das famílias beneficiárias não tinha outra fonte de renda, indicando a necessidade de aprimoramento do programa em relação à empoderar para o trabalho, bem como a relevância de políticas públicas que aumentem oportunidades de empregos.

Já os professores no estudo de Araújo (2014) acreditavam na importância da manutenção do benefício. Estes criticam o fato de a condicionalidade educacional não requerer uma atuação mais frequente com as famílias, no sentido de formar uma consciência crítica quanto à verdadeira necessidade de manterem os filhos na escola, para que o futuro deles seja promissor.

O estudo de Gomes (2009) buscou subsídios e dados para realizar uma análise sobre a percepção de pais e mães por meio de relatos e falas sobre o PBF no município de Iguatu-CE, nas áreas distrito do Baú (rural) e bairro Santo Antônio (urbana). Foi analisada a partir de dados quantitativos e qualitativos, a percepção dos beneficiários sobre o programa. Foram realizadas 18 entrevistas com beneficiários da área rural e 28 entrevistas na área urbana. Segundo os beneficiários o auxílio precisa ser elevado para um patamar de pelo menos um salário mínimo, pois em alguns casos é a única fonte de renda da família, principalmente na área rural. Notou-se também que o benefício permitiu a melhoria da cesta alimentar. Em relação às exigências relativas às condicionalidades, os beneficiários apontaram serem legítimas e importantes, pois só assim os mesmos têm o compromisso de assegurar a presença dos filhos na escola, manter em dia o cartão de vacinação dos mesmos e o acompanhamento das gestantes.

O estudo de Santos et al. (2014), Araújo (2014) e Gomes (2009) são relevantes, mas acredita-se ser importante expandir o estudo para outros beneficiários do programa que não apenas os chefes de família. Acredita-se que se a entrevista fosse realizada com as crianças e adolescentes, estes teriam algumas respostas diferentes. Por não possuírem a responsabilidade de sustentar ou prover a família, nem de antever gastos com a saúde e educação de suas famílias. O discurso de que PBF é importante para a saúde e educação, provavelmente não se apresentaria no público adolescente.

Outro estudo interessante sobre percepções quanto ao PBF é o de Oliveira (2014) que analisou a implementação deste programa na cidade de Belo Horizonte, a partir da

opinião de professores, profissionais da educação e da saúde assistentes sociais, os quais foram denominados de agentes de base do estudo. Neste estudo de natureza qualitativo-exploratória foram realizadas 31 entrevistas.

O autor utilizou roteiros semiestruturados para as entrevistas com os agentes em nível estratégico no MDS e na Prefeitura. Estes foram elaborados de forma a contemplar as categorias: percepção do programa; valores e representações sobre o público-alvo; percepção sobre a ação dos governos; desenho institucional e operativo do programa; impressões sobre as condicionalidades do programa e as exigências para os agentes em nível local; e as rotinas dos agentes no cotidiano da política.

Oliveira (2014) afirmou que a condicionalidade educacional requer mais ações dos agentes de base. Os profissionais da saúde e da assistência social concordam que o PBF se configura como um direito social oferecido à população mais pobre, e que a escola é corresponsável, sendo elemento importante para dar coesão ao programa. Foi apontado que a escola amplia o capital social e cultural dos beneficiários e de suas famílias e a inserção no espaço escolar serve como rede de proteção para esses sujeitos, diminuindo as chances de se envolverem com a marginalidade. Em relação aos profissionais da educação, estes mesmos benefícios não foram apontados por todos, havendo também percepções desfavoráveis ao programa e a condicionalidade educacional, como: 1) a distância entre aqueles que definem as regras e aqueles que executam; 2) a falta de treinamento aos professores sobre o monitoramento da frequência escolar, o que permite diferentes entendimentos sobre como proceder e 3) os professores podem cometer juízo de valor sobre as faltas escolares, devido à história de vida de cada família beneficiária do programa. Este estudo é importante, porém não investigou a opinião dos adolescentes sobre o assunto.

Brandão e Dalt (2013) também fizeram estudo que envolveu profissionais da educação objetivando apreender a percepção dos atores que compõem o cotidiano escolar acerca dos efeitos do PBF no ensino público brasileiro. Foram selecionadas aleatoriamente três instituições, uma escola com IDEB alto, uma com IDEB médio e uma com IDEB baixo em todos os estados brasileiros, em cada uma das capitais dos estados brasileiros. Após a seleção das escolas, foram realizadas entrevistas individuais a partir de um roteiro semiestruturado com diretores, professores regentes e coordenadores.

Em todas as regiões, os educadores pareceram imputar à família dos alunos do PBF a responsabilidade de que o aluno frequente a escola e aprenda os conteúdos escolares. Foi bastante comum a percepção de que seria responsabilidade apenas da família motivar o aluno para a aprendizagem e de acompanhá-lo. Esta percepção é extremamente excludente,

especialmente quando os próprios cuidadores já não tiveram suas necessidades educacionais atendidas. Os pesquisadores Brandão e Dalt (2013) sinalizam haver diversos fatores da própria escola que dificultam a participação dos alunos, isto é, as relações interpessoais estabelecidas, as práticas pedagógicas realizadas e a representação que os operadores do ensino têm sobre frequência/infrequência, sucesso/fracasso, aprovação/reprovação de seus alunos. Soma-se à questão que muitas escolas preferiam não ter alunos do PBF na escola, pois comumente apresentam baixo rendimento acadêmico, de modo que a estes se imputa culpa de piorar o índice escolar nas avaliações nacionais.

Assim, os autores Brandão e Dalt (2013) também indicaram que não há um esforço em contextualizar ou problematizar as dificuldades de aprendizagem do beneficiário do PBF de forma endógena, ou seja, a partir do próprio sistema de ensino. O aluno e sua família são tratados como entes isolados de um contexto social e educacional mais amplo.

No Sul do país, segundo Brandão e Dalt (2013) os argumentos desfavoráveis aos efeitos do PBF pelos educadores foram mais comuns que os argumentos de professores de outras regiões. Estes argumentos são em relação aos alunos do Ensino Médio que “barganham” a permanência na escola, pois precisam estar em sala de aula para a família receber o benefício, também há a questão que outros preferem trabalhar precocemente e os educadores citam a não exigência de aproveitamento escolar por parte do PBF o que reduz a responsabilidade do educando em relação ao seu sucesso/fracasso escolar.

No estudo de Soares (2007) foram realizadas 22 entrevistas semi-estruturadas incluindo profissionais, técnicos e funcionários, que discutem o programa cotidianamente. Outro passo metodológico visava à análise dos relatórios de uma turma com alunos beneficiários e não beneficiários do programa.

Percebeu-se maior estímulo por parte dos responsáveis pelos adolescentes de que estes fossem à escola para cumprir a condicionalidade educacional. Algumas professoras esclareceram que atualmente o contato delas com a discussão e participação nos programas de transferência de renda é praticamente inexistente, uma vez que se trata de repassar o número de faltas para os secretários escolares.

Profissionais entrevistados de órgãos que lidam com a gestão e acompanhamento das condicionalidades do PBF, afirmaram que a condicionalidade da frequência escolar é um avanço na medida em que se permite maior contato dos alunos com o meio pedagógico. Estes pontuaram também que a frequência pode não incidir diretamente sobre o desempenho escolar, mas seria uma forma de possibilitar acesso a serviços básicos, como a saúde.

É ideal que estudos futuros verifiquem também a perspectiva dos adolescentes quanto à condicionalidade educacional e o quanto se sentem inseridos na escola. Especula-se que as respostas dos adolescentes não seriam as mesmas dos professores, coordenadores e diretores, os quais indicavam a família como a principal responsável pelos problemas dos alunos do PBF na escola.

O presente estudo desvelou que os alunos atribuem culpa a escola e a caracterizam como pouco atrativa. Percebem os docentes como desmotivados e grosseiros. Contribuindo para o sentimento de não inserção, estão presentes as brigas na escola e a estrutura precária.

Em uma perspectiva semelhante, Barbosa et al. (2016) buscaram compreender o que os adolescentes usuários do PBF pensam sobre o programa e seus efeitos para sua família e si mesmos. Neste sentido os autores realizaram estudo em escola pública em Fortaleza-CE, que buscou identificar o conhecimento do adolescente beneficiários do sexo masculino sobre o PBF e o seu impacto na família assistida.

Esta investigação de Barbosa et al. (2016) foi de cunho descritivo exploratório, com abordagem qualitativa realizado em 2014, com 12 adolescentes. Para a coleta de dados foi utilizada tanto a entrevista individual semiestruturada com os jovens quanto a técnica de grupo focal. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo, emergindo categorias temáticas.

Primeiramente, com relação ao tempo de recebimento do benefício do PBF, um adolescente não soube informar desde quando sua família recebia auxílio, respondendo ao mesmo questionamento, outro disse que faz um ano que recebe. Os demais auferiram, em média, de 3 a 7 anos. Foi encontrado como resultados da presente pesquisa números semelhantes, pois, a mesma porcentagem de pessoas recebe de 2 a 3 anos e há mais de 6 anos.

As respostas dos adolescentes no estudo de Barbosa et al. (2016) compuseram quatro categorias temáticas. Uma delas foi o atendimento de pessoas de baixa renda quanto a sua saúde em que os adolescentes mencionaram não frequentar com regularidade a UAPS (Unidade de Atenção Primária à Saúde) de seu bairro para acompanhamento de Crescimento e Desenvolvimento Puberal, porém apresentavam carteira vacinal atualizada.

Outra categoria emergente foi a frequência escolar como condicionalidade, tendo mencionado que passaram a ir mais à escola após o benefício e a não querer desistir dos estudos. A terceira foi a falta de priorização na promoção de saúde e prevenção de doenças, pois não buscavam ajuda médica para todas as necessidades que surgiam e uma última categoria se referiu ao impacto nas famílias assistidas pelo programa, sendo que os participantes entendiam que o PBF é um complemento de renda, uma proposta do Governo

Federal de tornar suas vidas melhores e mencionaram-no como um recurso para que adquirissem alimentos e roupas.

Este estudo de Barbosa et al. (2016) é relevante, porém, seria importante que outros estudos investigassem também: a) como os adolescentes percebem a articulação do PBF com programas relativos a seu cuidado com a saúde e planejamento de projeto de vida? b) para além da frequência escolar, como e quanto se sentem inseridos e motivados no contexto escolar? c) na opinião deles, deveria haver uma preocupação do PBF não apenas com a frequência mas também com relação a rendimento acadêmico, dando-se maior condições para atingir efetivas aprendizagens?; d) em que medida o PBF auxiliou para extinguir/reduzir o trabalho na infância e adolescência?

A pesquisa dos autores Barbosa et al. (2016) é importante e também pode ser ampliada, incluindo na amostra adolescentes mulheres. Ademais, poderiam ser realizadas entrevistas com adolescentes e suas famílias que estão em situação de advertência ou suspensão temporária do benefício por não atender a condicionalidade educacional. Seria interessante também a realização de estudo em municípios menores e distantes de capitais, verificando se há diferenças na percepção dos jovens. Especula-se que se este estudo tivesse sua amostra ampliada e mais diversa se encontrariam resultados diferentes, como a necessidade de trabalhar mais rápido, migrar para cidade maior, busca de emprego e abandono por gravidez.

Para além deste estudo sobre percepção de adolescentes beneficiários do PBF, há um estudo relevante com adolescentes em condições vulneráveis socioeconomicamente sobre o que pensam sobre Educação. Os pesquisadores Torres, França, Teixeira, Camelo, & Fusaro (2013) buscaram compreender o que jovens de baixa renda pensam sobre a escola por meio de pesquisa qualitativa e quantitativa. O componente quantitativo envolveu a aplicação de questionário em domicílio nos setores com menor renda per capita das duas regiões metropolitanas de Recife e São Paulo.

Notou-se que a escola é percebida como um local relativamente desorganizado e inseguro, sendo que situações de indisciplina são consideradas comuns por 77% dos entrevistados. Uma proporção elevada de alunos considera a escola, em que estudou, um local inseguro (24%) seja quanto à sua conservação física quanto à qualidade do relacionamento entre os colegas. Ademais, episódios de conflito são relativamente comuns. Apesar disso, as relações de sociabilidade foram o aspecto mais importante na experiência escolar para os jovens entrevistados. Foi percebido também que os professores muitas vezes estão ausentes, segundo a declaração de alunos, 42% deles não tiveram uma aula programada para o dia

anterior à data da pesquisa. Entretanto, os professores foram percebidos pela maioria dos entrevistados como preocupados com os alunos e com a aprendizagem.

É também elevada a proporção de alunos que não gostam e não vêem utilidade em muitas das disciplinas oferecidas (TORRES et al., 2013). Para a maioria dos entrevistados, apenas Português e Matemática são necessárias, e é significativa a proporção daqueles que declaram que a principal razão para frequentarem a escola é conseguir um diploma (20%). Em contrapartida, o trabalho precoce foi altamente valorizado pelos jovens entrevistados, independentemente da atitude de seus pais em relação a essa dimensão. E, apesar das precárias condições de trabalho, para a média dos entrevistados, 17 anos é a idade considerada ideal para se começar a trabalhar.

Verificou-se que embora o abandono do Ensino Médio seja influenciado por indicadores como maior idade, ter repetido ano, possuir experiência de trabalho, ter filhos, gravidez, escolaridade do pai, a percepção da utilidade atribuída a Português e Matemática, amizades na escola e presença de indisciplina também têm um impacto significativo do ponto de vista do abandono escolar. Já quando o jovem reside em áreas com elevada concentração de famílias de baixa renda e logra ingressar no Ensino Médio, geralmente apresenta condições sociais diferenciadas em relação ao perfil médio da juventude dessas regiões: menor nível de pobreza, não estando em pobreza extrema; presença em seu domicílio de bens de consumo moderno, como o computador e o celular ligados à internet; proporção elevada de indivíduos que cursaram o Ensino Infantil e grande concentração de indivíduos de religião evangélica na família (TORRES et al, 2013).

O estudo conclui que as percepções e as atitudes dos estudantes em relação à escola de Ensino Médio são importantes no que concerne ao avanço educacional. Se isso é verdade, a ampliação do conhecimento sobre esses jovens contribuirá para a melhor adequação das iniciativas públicas voltadas para esse nível de ensino e a elaboração de materiais adequados de divulgação do programa (TORRES et al, 2013).

Portanto, é relevante a escolarização para o desenvolvimento humano, pois existe forte inter-relação entre saúde e educação. Há um programa brasileiro (PBF) importante para a manutenção das crianças e dos adolescentes na escola, mas este pode ser potencializado a partir do conhecimento sobre percepções deste. Contudo, há carência de estudos sobre percepções sobre o PBF, especialmente que envolvem o conhecimento das opiniões de adolescentes beneficiários e que não estejam cumprindo a condicionalidade educacional do programa.

4 MÉTODO

4.1 TIPO DE ESTUDO

Este estudo consiste em uma pesquisa qualitativa. Pesquisas qualitativas como esta, se aplicam ao estudo das relações, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os indivíduos fazem a respeito de como vivem, sentem e pensam, levantando interrogações que vão sendo discutidas durante o processo de trabalho, sistematizando progressivamente até a compreensão do processo em estudo (MINAYO, 2014).

Polit e Beck (2011) caracterizam a abordagem qualitativa como flexível e elástica, ajustando-se à coleta de dados, buscando a compreensão do todo e exigindo do pesquisador um envolvimento intenso e por um longo período. É, portanto, necessário ler, entender, analisar e avaliar os materiais coletados.

No desenvolvimento da pesquisa qualitativa, o trabalho de campo assume grande importância. O campo corresponde ao recorte espacial que contém a abrangência do recorte teórico que corresponde ao objeto da investigação. Durante o trabalho de campo, a interação do pesquisador com os sujeitos da investigação é essencial. Nessa fase se estabelecem relações de intersubjetividade, resultando no confronto da realidade concreta com os pressupostos teóricos da pesquisa (MINAYO, 2014).

Os dados da pesquisa qualitativa produzem mais informações contextuais sobre um participante isolado do que a pesquisa quantitativa. Quando o pesquisador estuda um caso isolado ou um número limitado de casos em campos bem definidos e utiliza fragmentos extraídos de histórias de vida em suas publicações, torna-se mais fácil a identificação daquela pessoa “real” a partir da informação contextual incluída na citação em questão (FLICK, 2009).

A pesquisa qualitativa pode apoiar a pesquisa quantitativa e vice-versa, podendo ambas combinadas fornecer um quadro geral da questão em estudo, embora sejam distintas. A pesquisa quantitativa prioriza apontar numericamente a frequência e a intensidade dos comportamentos dos indivíduos de um determinado grupo, ou população. A pesquisa qualitativa é exploratória, pois visa compreender e interpretar determinados comportamentos, a opinião e as expectativas dos indivíduos de uma população (D'ANGELO, 2016).

Cada tipo de pesquisa envolve um processo específico em relação à teoria, hipóteses, operacionalização, amostragem, coleta, interpretação e validação. A pesquisa quantitativa tem seu processo organizado em sequência linear de etapas conceituais, metodológicas e empíricas, visando à mensuração com precisão. Pretende-se validar estatisticamente uma hipótese sem, necessariamente, entender as motivações por trás das respostas (FLICK, 2009).

Abrangendo um entendimento diferenciado da relação entre o tema e o método, na pesquisa qualitativa o processo pode ser organizado em uma sequência circular, pois há uma interdependência mútua das etapas isoladas do processo de pesquisa. A circularidade conduz o pesquisador a refletir de maneira permanente sobre todo o processo de pesquisa (FLICK, 2009).

De acordo com Oliveira (2008), a constituição do corpus é a ação que se refere à constituição do universo estudado, sendo imprescindível observar e respeitar alguns critérios de validade qualitativa, entre eles: a exaustividade - esgotamento da totalidade do texto, a homogeneidade - fulgente separação entre os temas a serem trabalhados, a exclusividade - um mesmo elemento só pode estar em apenas uma categoria, a objetividade - qualquer codificador consegue chegar aos mesmos resultados e a adequação ou pertinência, que é a adaptação aos objetivos da pesquisa.

De acordo com Minayo (2014) os dados qualitativos devem ser trabalhados a partir de uma das três abordagens mais conhecidas: análise de conteúdo, análise do discurso e análise dialética/hermenêutica. A escolha da abordagem depende da corrente de pensamento ou paradigma à qual o pesquisador se filia.

A presente pesquisa utilizou-se da análise de conteúdo temática como ponto de partida. As diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três polos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

Operacionalmente, a Análise Temática de Conteúdo, de acordo com Minayo (2007), processa-se nas seguintes etapas: pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos/ interpretação. Na etapa da pré-análise acontece a leitura flutuante, que fornece subsídios para a constituição do corpus, formulação e reformulação de hipóteses ou pressupostos. Já a leitura flutuante solicita do pesquisador um contato mais profundo e intenso com o material de campo, no qual há a possibilidade de emergir a relação entre as hipóteses ou pressupostos iniciais, as hipóteses emergentes e as teorias que se relacionam com o tema. A categorização, de acordo com a autora supracitada, consiste num processo de redução do texto às palavras e expressões significativas.

Assim fecha-se o processo de Análise de Conteúdo. Embora essas três fases devam ser seguidas, há muitas variações na maneira de conduzi-las. As comunicações, objeto de análise, podem ser abordadas de diferentes formas.

4.2 CENÁRIO DA PESQUISA

Cajueiro da Praia é um município brasileiro do estado do Piauí. Localiza-se no litoral, faz divisa com o estado do Ceará, e é limítrofe com os municípios de Chaval-CE e Luís Correia-PI. Possui uma área de 271,707 km² e está localizado a 400 km de distância da capital Teresina-PI. É considerada área de proteção ambiental, pois possui instituições que promovem a preservação do peixe-boi. Sua população estimada em 2016, de acordo com IBGE, é de 7.483 habitantes.

Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP), seu IDH em 2010 é de 0,546, sendo considerado baixo, pois se encontra entre 0,500 e 0,599. A economia da cidade se refere principalmente à pesca, agricultura e turismo.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Cajueiro da Praia em relação às turmas do 5º ano da rede pública de ensino teve como meta projetada para o ano de 2015 a nota 4,2, tendo alcançado e superado este índice obtendo a nota 4,9. Já em relação às turmas do 9º ano da rede pública de ensino, o município tinha como meta a nota 3,9, mas a nota 3,3 foi percebida. Cabe ressaltar que a nota estadual do Piauí para a fase inicial do Ensino Fundamental (até o 5º ano) em 2015 foi de 4,9 e para a fase final deste nível de ensino de 4,2, o que está abaixo da nota brasileira média para a primeira etapa citada a qual se refere a 5,5, bem como da segunda etapa referida 4,5.

Segundo relatório de informações sociais do MDS de 2016, o município de Cajueiro da Praia, no estado do Piauí recebe R\$ 166.510,00 mensais para fins de assistência social. Existiram neste mesmo ano um total de 1.094 famílias beneficiárias do PBF, dentre os 1.807 indivíduos com formulário no cadastro único. Dos indivíduos beneficiários, 881 estão em acompanhamento psicossocial com 6 a 15 anos e 161 tem entre 16 a 17 anos, com cobertura de 89,5% no município.

A cada bimestre é elaborada a lista de famílias que não conseguiram cumprir as condicionalidades do programa e enviada aos CRAS do município, dividindo-se as famílias por localidade de abrangência dos CRAS I e II. No ano de 2016, houve 290 famílias que

descumpriram a condicionalidade educacional do PBF em todo o município, envolvendo ambos os CRAS. A população atendida pelo CRAS II abrange até 2.500 famílias.

4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Neste estudo foram entrevistados 15 adolescentes, com idades que variaram entre 12 a 17 anos, 8 do sexo masculino e 7 do sexo feminino, que estavam registrados na lista de descumprimento de condicionalidade educacional do CRAS II de Cajueiro da Praia. A quantidade exata de participantes dependeu da saturação dos dados. O fechamento amostral por saturação teórica leva à suspensão da inclusão de participantes quando os dados passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, certa redundância ou repetição.

De acordo com Fontanella e Magdaleno Júnior (2012), é relevante para o processo de saturação teórica considerar o alcance do horizonte interpretativo que o pesquisador tem em relação aos dados. Semelhantemente, Flick (2009) indica a utilização da perspectiva circular em pesquisa qualitativa, julgando se é preciso realizar nova coleta de dados e qual o número mais adequado de participantes, conforme os resultados obtidos a cada entrevista. Portanto, certa imprecisão no planejamento do número amostral final é inevitável e inerente aos métodos qualitativos, mas este aspecto não deveria levar a técnicas e a procedimentos que possam fragilizar a validade empírica e a credibilidade das análises e achados. É necessário que o pesquisador faça uma coleta completa, que não o impossibilite de expandir os sentidos ligados a certos fenômenos, sendo tolerante à frustração e não conduzindo a um fechamento amostral precoce, ou melhor, descrito metaforicamente como cristalização.

O critério de saturação deve contribuir efetivamente para finalizar a coleta de dados até o momento em que os dados se constituíssem em concepções e conceitos articuladores de significados. Seria uma mescla de material vindo do entrevistado e de elaborações do pesquisador decorrentes de sua experiência clínica, abrindo espaço para novas hipóteses (FONTANELLA & MAGDALENO JÚNIOR, 2012).

4.3.1 Critério de inclusão

Ter entre 12 a 17 anos, ter seu nome em pelo menos uma das listas bimestrais geradas pelo sistema SICON em 2017 como tendo descumprido a condicionalidade educacional, a qual é recebida pelo CRAS II de Cajueiro da Praia, em suas localidades de abrangência: Centro ou Sede, Árvore verde, Baixa do Guede, Lagoa de São José, Terra Nova,

Canto Comprido, Canto Grande, Gargalho, Praia Branca e Morro Branco. O participante ter assinado o Termo de Assentimento e seus pais/cuidadores autorizado a participação preenchendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

4.3.2 Critério de exclusão

Participantes que, porventura, se sintam desconfortáveis durante a entrevista e requisitem a interrupção desta. Não localização dos participantes e/ou do domicílio. Residir em localidade fora da área de abrangência do CRAS II.

4.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu por meio de um formulário de caracterização sócio-demográfico e de entrevista semi-estruturada. O formulário foi empregado para investigação de aspectos gerais do indivíduo, coletando informações menos relevantes que os tópicos da própria entrevista, de uma maneira mais sintética e sistemática, de modo que para a entrevista manteve-se os tópicos mais essenciais, de acordo com o que é proposto por Flick (2009).

A entrevista semi-estruturada foi eleita por ser eficiente na coleta de informações que detém o entrevistado, porque este pode discorrer livremente sobre o tema, sem uma ordem rígida de questões. O participante do estudo expõe suas experiências, a partir do foco principal proposto pelo pesquisador. A entrevista semi-estruturada ao mesmo tempo em que permite respostas livres e espontâneas, valoriza a atuação do entrevistador, combinando perguntas fechadas e abertas (MAY, 2004).

A entrevista semi-estruturada envolveu questões abertas, confrontativas e não confrontativas. As últimas servem ao propósito de fazer com que o entrevistado reflita novamente sobre suas opiniões à luz das alternativas concorrentes. Ao se realizar a entrevista semi-estruturada, utilizou-se de alguns critérios, conforme proposto por Flick (2009).

O não direcionamento é um critério que envolve diversas formas de perguntas, para que o sistema de referência do entrevistador não seja imposto aos pontos de vista do entrevistado. A especificidade garante que a entrevista exiba elementos que demonstrem o impacto ou significado de um evento para o entrevistado. O espectro assegura que todos os aspectos e os tópicos relevantes sobre o tema estudado sejam mencionados. A profundidade e o contexto pessoal, visam garantir que as respostas emocionais possam ir além de respostas fechadas, aumentando o número de comentários auto reveladores (FLICK, 2009).

A entrevistadora realizou treinamento para conduzir a entrevista, tendo realizado duas entrevistas com dois indivíduos com características bastante similares aos participantes do estudo (mesma faixa etária e em situação de evasão escolar), sendo que os dados destas entrevistas não compõem a dissertação. Ao realizar este treinamento, notou-se ser importante iniciar a entrevista com um tópico neutro, como questionando sobre sua idade, preferências de lazer/comida, etc., de modo a estabelecer um rapport com o entrevistado, em algumas entrevistas esta conversa inicial durou cerca de 15 minutos. Apenas prosseguia-se com as perguntas relativas ao objeto da pesquisa, quando notava-se que o participante estava sentindo-se à vontade e motivado para falar sobre suas opiniões. Todas as entrevistas tiveram seu áudio gravado, a fim de facilitar as análises.

As entrevistas envolveram um roteiro de quatro questões semi-estruturadas, as quais foram elaboradas pela pesquisadora e sua orientadora e uma delas foi extraída do estudo de Santos et al. (2014). As perguntas foram: 1) Você sabe o que é o PBF e como funciona? 2) Mudou algo na sua vida e na de sua família depois que passou a receber o benefício do Programa Bolsa Família? (Santos et al, 2014) 3) Por quais motivos você tem ido pouco à escola? 4) Em sua opinião o PBF deveria ser diferente? Explique.

Para além do formulário e entrevistas, o pesquisador realizou anotações sobre suas percepções quanto às condições de vida dos entrevistados e o desenrolar da entrevista, uma vez que as entrevistas ocorreram nas residências destes. Flick (2009), defende que, ao se realizar a coleta de dados no contexto diário do entrevistado a documentação de informações extraídas do contexto podem ser instrutivas e auxiliar na interpretação dos dados.

A escolha dos participantes foi realizada pela pesquisadora a partir da lista de famílias gerada pelo sistema SICON com repercussão nos meses de julho e setembro de 2017, a qual está subdividida por categoria de descumprimento, havendo famílias em situação de advertência, de bloqueio e de suspensão.

Os participantes prioritários deste estudo foram primeiramente os quatro participantes que se encontraram em suspensão, depois os seis em bloqueio, os cinco em advertência.

Durante a realização das entrevistas, por meio de visita domiciliar, houve o acompanhamento da assistente social - que é parte da equipe do CRAS II -, em sete entrevistas. Nas demais visitas a profissional não se encontrava, pois estava atendendo a outras demandas. A assistente social durante as visitas em que esteve presente conversou com os familiares, fornecendo a possibilidade de o adolescente estar a sós com a pesquisadora para a entrevista.

4.5 ANÁLISES DOS DADOS

Foi realizada a audição e transcrição de cada entrevista, e por fim a análise. No caso de dados de entrevista, uma parte importante é o processo de edição que consiste na gravação das manifestações orais e em sua posterior transcrição. O enriquecimento contextual dos enunciados deve representar um dos principais elementos da coleta de dados para a construção de uma “nova” realidade (FLICK, 2009).

Segundo Flick (2009) a interpretação de dados é a essência da pesquisa qualitativa. O uso de métodos de pesquisa consiste na aplicação de métodos para a interpretação do texto. Esta interpretação pode buscar os objetivos de revelar e expor enunciados ou contextualizá-los, bem como a redução do texto original por meio de paráfrase, resumo ou de categorização.

Diferentes autores propõem diversificadas descrições do processo da análise de conteúdo de entrevistas. De acordo com Minayo (2014), a Análise Temática de Conteúdo desdobra-se nas etapas pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos/ interpretação. A autora esclarece que o ciclo da pesquisa não se fecha, pois toda pesquisa produz conhecimento e gera indagações novas. A ideia do ciclo se solidifica não em etapas estanques, mas em planos que se complementam.

A etapa pré-análise compreende leitura flutuante, constituição do corpus, formulação e reformulação de hipóteses ou pressupostos. Neste estudo, é levada em consideração a proposta do autor Flick (2009) para pré-análise, que defende ser utilizada pelo pesquisador uma lista de perguntas básicas para a codificação: O quê? Quem? Quando? Por quê? Para quê?. Neste estudo, acredita-se que a pergunta ”O que?” irá caracterizar o principal conteúdo que o adolescente expôs sobre o assunto da pesquisa; “Quem?” caracteriza o adolescente em relação a suas características sócio demográficas e condição financeira: “Quando?”, relata o momento da entrevista e o que está se passando com o adolescente naquele momento; “Por que?”, envolve a explicação e racionalização dada por ele(a) para estar na situação de descumprimento e “Para quê?” irá desvelar a compreensão que ele(a) possui sobre a concretude e finalidade de suas ações em relação a não ir para a escola.

Após a etapa da pré-análise, foi feita a etapa da exploração do material quando se encontraram categorias que fossem expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala pudesse ser organizado, conforme Tabela 1, a seguir. Por fim, na etapa interpretação se classificou e agregou os dados, de modo a propor inferências e realizar

interpretações, inter-relacionando-as com o quadro teórico desenhado inicialmente ou abrindo outras pistas em torno de novas dimensões teóricas e interpretativas (MINAYO, 2014).

A figura a seguir representa o fluxo de análise dos dados coletados no campo:

Figura 2 - Etapas para a organização e o tratamento dos conteúdos obtidos por meio das entrevistas



Fonte: Elaborado pela autora.

4.6 ASPECTOS ÉTICOS

Parâmetros éticos devem ser observados nas práticas científicas para que não ocorram desrespeito aos direitos das pessoas. Nesse sentido, esta pesquisa cumpre com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que trata de pesquisa e testes em seres humanos. Esta resolução propõe diretrizes e normas regulamentadoras que devem ser seguidas nos projetos de pesquisa e baseiam-se em fundamentos éticos-científicos, incorporando, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, referenciais da bioética, tais como: autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros.

A Resolução nº 510/2016 também foi respeitada neste estudo, sendo que esta trata das especificidades éticas e riscos mínimos das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais e de outras que utilizam metodologias próprias dessas áreas. Estes riscos podem ser gerados ao grupo vulnerável de adolescentes e foram diminuídos ao máximo.

Cabe ressaltar que um estudo apenas pode ser iniciado se avaliam possíveis consequências e desdobramentos deste, sendo que a ética em pesquisa deve permear todo o trabalho do pesquisador. As avaliações da integridade ética realizadas pelos Comitês de Ética, as quais este trabalho respeitou, enfocam os seguintes aspectos: qualidade científica, bem-

estar dos participantes e respeito à dignidade e aos direitos dos participantes. Todos os aspectos são fundamentais, porém a qualidade científica confere a maior notoriedade, pois defende que as pesquisas não apenas reproduzam outras já existentes, mas que contribuam com conhecimentos novos, justificando a existência de riscos mínimos, os quais concernem qualquer estudo (FLICK, 2009).

Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Ceará, tendo sido aprovado com o número de CAAE 69029217.6.0000.5534. Ademais, foi cumprida a obrigatoriedade de que os participantes e responsáveis por eles, fossem esclarecidos sobre os procedimentos adotados durante toda a pesquisa.

Foi empregado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, no Apêndice 1), que é um documento que garante os direitos do participante e contém todas as informações sobre a pesquisa, estando escrito em uma linguagem clara e compreensível aos pais dos adolescentes e o Termo de Assentimento, o qual foi assinado pelos adolescentes que consentiram em participar (Apêndice 2).

Adicionalmente, serão suprimidas informações dos participantes do estudo que porventura os identifiquem nas publicações e se evitou, ao máximo, que estes se sentissem avaliados ou julgados por não estarem cumprindo com a condicionalidade educacional. As entrevistas tiveram seus áudios gravados e estes serão mantidos em sigilo por cinco anos pela pesquisadora. Ademais, após as entrevistas, a pesquisadora que é psicóloga funcionária do CRAS realizou os devidos encaminhamentos e atendimentos que se mostraram necessários para que o participante voltasse a estudar.

Os riscos da pesquisa compreenderam desconforto emocional, cansaço, e durante a aplicação das entrevistas, se notou vulnerabilidade na família, sendo necessário, então, acolhimento e indicação de maneiras para que estas famílias fossem auxiliadas. A pesquisadora preveniu estes riscos fazendo pausas e explicitando que não estava ali para julgar os adolescentes. Os benefícios envolveram, se tornar mais informado sobre o programa e possivelmente sentir-se mais engajado em relação ao cumprimento das condicionalidades do programa e escola, bem como alívio emocional. O município teve como benefícios a obtenção de informações que podem vir a auxiliar no planejamento de ações que possam envolver assistência social, saúde e educação no combate à evasão escolar. Ademais, um vídeo foi produzido a partir dos dados coletados e disponibilizado à Secretaria Municipal de Assistência Social de Cajueiro da Praia, para divulgação do PBF e incentivo aos estudos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As informações a seguir são os resultados e as discussões advindas a partir dos dados coletados. Para uma melhor apresentação dividiu-se em 3 momentos distintos, no entanto, complementares.

5.1 UM RETRATO DA NOSSA REALIDADE – PERFIL DEMOGRÁFICO DOS PARTICIPANTES

Na lista de descumprimento do mês de julho de 2017 existia 30 famílias, o que corresponde a aproximadamente 3% das famílias beneficiárias em Cajueiro da Praia. Foi divulgado pelo MEC que no primeiro semestre de 2017 no Brasil, 820 mil famílias, o que corresponde a 6,20%, descumpriram a condicionalidade educacional. Destas 30 famílias de Cajueiro da Praia, oito estavam em suspensão, duas em bloqueio e 20 em advertência. Foram excluídos 15 participantes, pois dois mudaram de endereço e não informaram no Cadúnico, cinco residem em localidade fora da área de cobertura do Cras II, um mudou de cidade, três não se encontravam em casa no momento da visita, duas tiveram endereço não encontrado, isto é, o endereço não correspondia ao informado no Cadúnico e duas tinham idades em faixa etária fora da estipulada no estudo. Já na lista de descumprimento do mês de setembro de 2017 havia 12 famílias. Destas, duas estavam em suspensão, sete em bloqueio e três em advertência. Foram excluídos seis participantes, pois dois mudaram de endereço e não foram encontrados, e quatro residem em localidade fora da área de cobertura do Cras II.

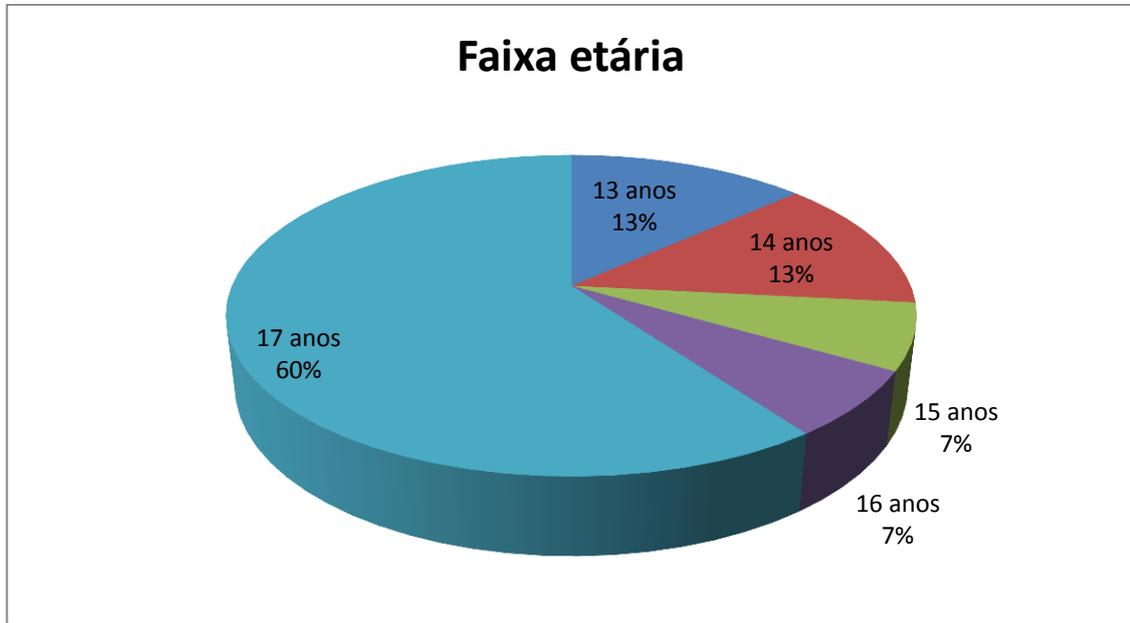
É preciso considerar a dificuldade que há em localizar endereços num município em que apenas o centro possui ruas e avenidas com nomes e casas numeradas. Outro fator que dificulta a localização é que muitas pessoas mudam de endereço e não atualizam o Cadúnico, que é o banco de informações da família.

No total, havia 42 potenciais participantes, dos quais 21 não puderam participar devido aos critérios de exclusão, também foram encontrados quatro usuários que se repetiram em ambas as listas, assim foram realizadas 17 entrevistas, das quais duas foram utilizadas como entrevistas piloto.

Considerando as 15 entrevistas oficiais, foram encontradas sete usuárias do PBF do sexo feminino e oito usuários do sexo masculino. Quanto à faixa etária, 74% possuíam mais de 15 anos.

Coincidentemente o número de participantes de ambos os sexos foi equilibrado, indicando não haver uma maior tendência de descumprimento da condicionalidade a partir do sexo, sendo que tanto homens quanto mulheres estariam tendo dificuldade de cumpri-la.

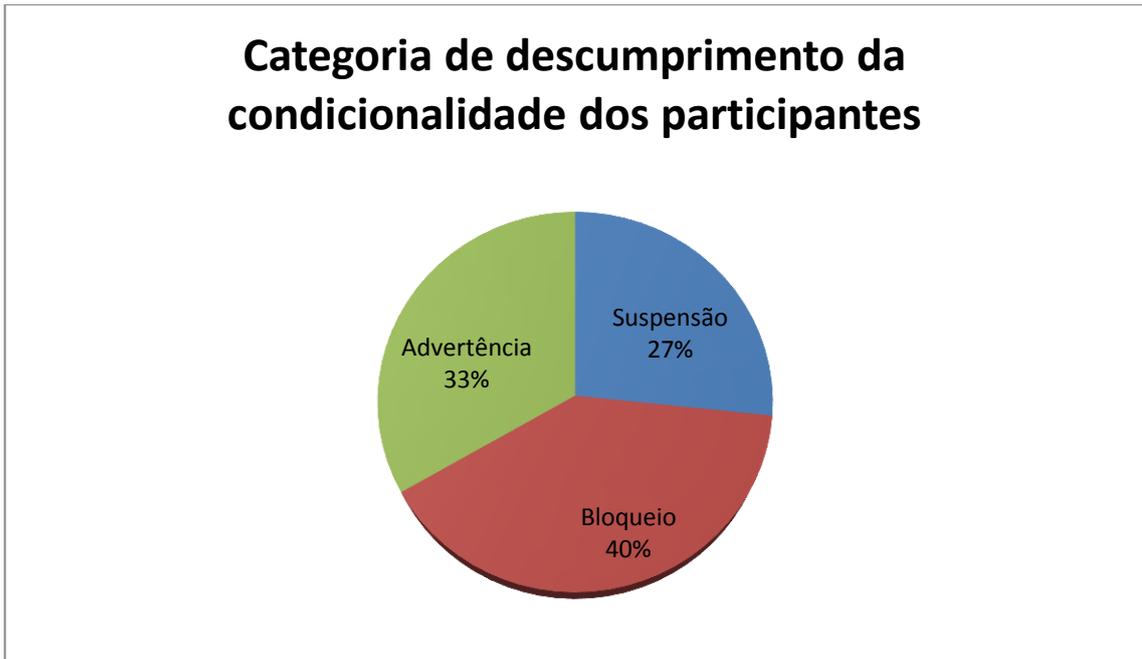
Gráfico 1 - Faixa etária dos participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação aos descumprimentos das condicionalidades educacionais, seis participantes se encontravam em bloqueio, cinco em advertência e quatro participantes se encontraram em suspensão, conforme gráfico 2. Este é o retrato de um momento em que ainda há mais jovens com possibilidade de recuperar a frequência escolar e o benefício, por ser uma porcentagem maior de advertência e bloqueio. No entanto, se o maior número é de adolescentes em bloqueio, a situação sugere que não tenham sido tomadas medidas suficientes na fase de advertência e esta evoluiu para uma etapa mais crítica.

Gráfico 2 - Categorias de descumprimento da condicionalidade dos participantes

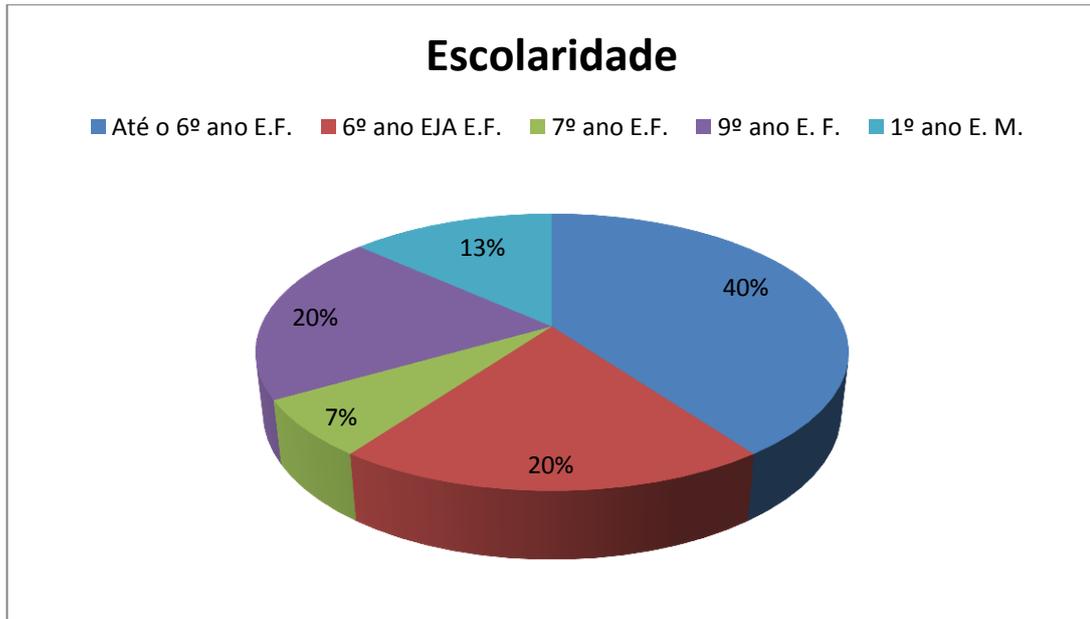


Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à escolaridade, estudam/estudaram no 6º ano do Ensino Fundamental seis entrevistados, até o 6º ano do EJA do ensino fundamental três entrevistados, até o 7º ano do ensino fundamental um participante, até o 9º ano do Ensino Fundamental três adolescentes e até o 1º ano do Ensino Médio dois participantes.

Hipotetiza-se que o sexto ano é uma série crítica para os estudantes, pois tem sido o ponto alto das desistências no ensino fundamental em Cajueiro da Praia. Cabem estudos mais aprofundados a cerca de quais motivos tem contribuído para a desistência, como por exemplo o nível de dificuldades dos conteúdos, a didática que está sendo utilizada pelos professores, diminuição de vínculo com os educadores devido ao aumento de número de professores, entre outros.

Gráfico 3 - Nível de escolaridade dos participantes



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto ao período de tempo que as famílias já recebiam o dinheiro do Bolsa Família, conforme o gráfico 4, foi possível concluir que a maioria recebe o benefício há mais de seis anos, de acordo com dados do sistema SICON.

Supõe-se que as famílias não têm tido oportunidade no mercado de trabalho local para conseguir melhorar sua condição socioeconômica e se emancipar do PBF. Existe o mito de que quem recebe o Bolsa Família se acomoda e não busca trabalho. Porém, numa cidade pequena sem indústrias, com comércio acanhado, poucas empresas, onde a prefeitura é quem emprega e faz circular o dinheiro na cidade, se torna compreensível essa dificuldade. É preciso fomentar políticas articuladas para que a emancipação do auxílio financeiro se torne uma realidade e promova a autonomia das famílias.

Segundo dados fornecidos pelo ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 12% das famílias beneficiadas pelo PBF deixaram espontaneamente o programa em 10 anos, declarando ultrapassar a renda limite na atualização cadastral, realizada pelas prefeituras a cada dois anos. Os dados do Ministério contrariam a alegação dos críticos do PBF de que o programa de transferência de renda estimularia os beneficiados a não procurar emprego e melhores condições de vida.

Gráfico 4 - Período no qual a família de cada participante recebe o benefício

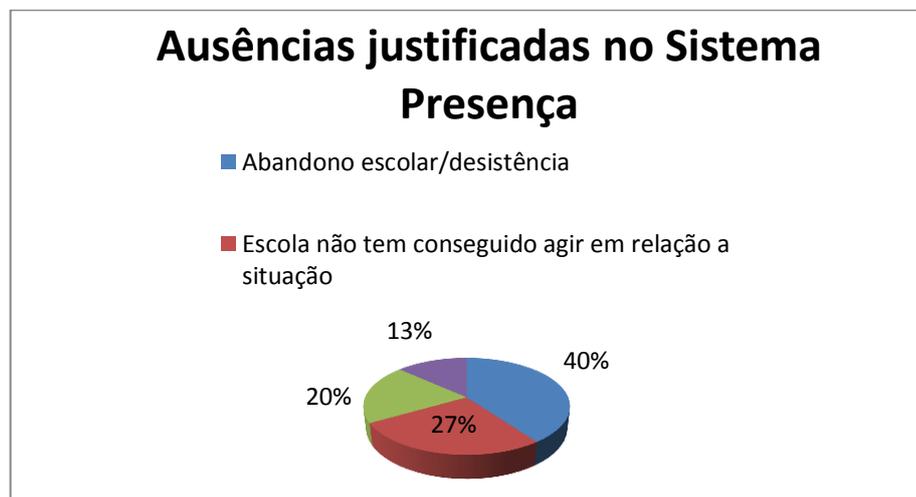


Fonte: Elaborado pela autora.

No tocante ao preenchimento do Sistema Presença, o gráfico 5 demonstra como a escola justificou as faltas dos alunos participantes do estudo, e os termos utilizados são os correspondes aos códigos do Sistema Presença.

Percebe-se que a maioria dos alunos já desistiu, e aqueles que ainda não desistiram, a escola admite não conseguir agir em grande parte dos casos. Fica claro que a escola precisa se articular para buscar apoio e superar esta dificuldade. Sabe-se que ainda não é uma realidade a presença de profissionais na escola como Psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos e estes sem duvidas poderiam contribuir neste enfrentamento. As políticas públicas podem ainda se aprimorar e articular uma melhor formação dos professores.

Gráfico 5 - Justificativa preenchida pela escola em relação as ausências do alunos no Sistema Presença



Fonte: Elaborado pela autora.

Os códigos utilizados pelas escolas para preencher o Sistema Presença, encontra-se na íntegra nos anexos do presente estudo.

5.2 DISCUSSÕES DAS ENTREVISTAS

Conforme a análise das entrevistas, os resultados aqui apresentados foram organizados em categorias e sub-categorias. Desta forma foram construídas quatro grandes categorias: Percepções da relevância do Programa - O programa Bolsa Família e seu funcionamento; Mudanças na vida do adolescente e da sua família depois do benefício do Programa Bolsa Família - a interação entre o adolescente e a saúde; Os motivos para descumprir a condicionalidade educacional - A ausência da escola; O que poderia mudar no Programa Bolsa Família.

Tabela 1 - Exemplo para compreensão do movimento analítico

| COMPONENTES | NÚCLEO DE SENTIDOS | CATEGORIAS EMPÍRICAS |
|-------------|--------------------|----------------------|
| | | |
| | | |
| | | |

Fonte: Elaborado pela autora.

5.2.1 Percepções da relevância do Programa - O programa Bolsa Família e seu funcionamento

A maioria dos jovens demonstrou não saber do que trata o programa, apresentando ideias vagas, imprecisas ou incompletas. Este fato certamente dificulta a permanência no programa posto que não cumprem as condicionalidades nem sabem que podem buscar orientações com as prefeituras, nos Centros de Referência de Assistência Social.

“É um dinheiro que vem para as famílias, mas nunca me interessei de saber não, não faço ideia.” (Entrevistada 10)

Cohn (2012) relata que o Brasil é um dos países com uma grande evolução em instrumentalização para medir pobreza, saber seu quantitativo em relação ao uso de serviços, consultas, entre outros. Contudo, a pesquisadora afirma que não se sabe qualitativamente quem é esse pobre enquanto pessoa e sujeito social, ou como vive essa realidade da pobreza.

Sabe-se muito pouco sobre os pobres, ignora-se a intensidade com que buscam ser cidadãos, e se o pobre tem consciência de que tem direitos como todos. A autora os caracteriza como muito humanos e capazes de pensar em suas necessidades mais prementes levando em conta o outro com suas necessidades, num sentido de comunidade, como semente para consolidação do direito social versos o que interessa ao outro (COHN, 2012).

O adolescente possui a possibilidade de desenvolver um maior envolvimento e participação no PBF. Sobre este comportamento mais engajado, o autor Costa (2000), apresenta o conceito de protagonismo juvenil que visa estimular a participação social dos jovens, contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e das comunidades em que estão inseridos. Dessa forma, segundo o educador, o protagonismo juvenil é a participação do adolescente em atividades que extrapolam os âmbitos de seus interesses individuais e familiares, e que podem ter como espaço a escola e os diversos âmbitos da vida comunitária. É o estímulo para a autonomia e compromisso social que transcendem os limites de seu entorno sócio-comunitário.

Em relação aos recursos do Programa Bolsa Família como uma necessidade permanente há os seguintes relatos:

“É um dinheiro que nós recebe no cartão pra comprar coisa, comida.”
(Entrevistada 5)

“Antes era mais ruim. A maior parte do nosso dinheiro é do bolsa porque conseguir um trabalho por aqui é muito difícil.” (Entrevistado 13)

Estas colocações demonstram que algumas famílias não possuem no momento outro suporte para a sobrevivência. Ficou comprovado que o dinheiro é em sua maior ou totalmente destinado a aquisição de comida, material escolar e medicamentos com recursos do Programa Bolsa Família. Eles defendem que suas famílias permaneçam recebendo o apoio financeiro do programa, já que possibilita a compra desses subsídios básicos.

“Minha mãe recebe (...) Ela compra umas roupinhas pra gente, um calçado, o que precisa, coisa de escola também. (...) depois que começou a receber ficou mais mió, né? Compra coisa pra gente comer”. (Entrevistado 1)

Comparando este estudo com o estudo de Gomes (2009), do qual participaram estudantes beneficiários do PBF, também coincide com a realidade encontrada em Cajueiro da

Praia. É factível que a única fonte de renda das famílias na área rural, é o PBF, que também é responsável pela melhoria da alimentação familiar.

O autor Caetano (2013) defende que quando a renda do Bolsa Família passa a não ser mais tão importante na alimentação - mas ainda antes de se tornar dispensável -, ela passa a ser utilizada na aquisição de livros e material escolar, o que proporciona um ganho na capacidade de aprendizado dos estudantes, contribuindo para a formação de gerações mais formalmente educadas.

A respeito de burlar o Programa Bolsa Família retirando pessoas do cadastro da família, ocorre que quando as famílias não conseguem cumprir as condicionalidades e sofrem bloqueio e/ou suspensão do benefício, encontram o recurso de retirar o jovem do cadastro da família (Cadúnico) para que percam apenas o valor destinado a ele, evitando perder do valor referente à toda a família. A informação já é de conhecimento amplo entre os beneficiários que comentam esta possibilidade como algo normal.

Assim, os adolescentes entrevistados demonstraram não perceber ter um papel central no cumprimento das condicionalidades do PBF e contribuir para garantir o benefício da família. Essa postura, que as famílias buscaram contornar, mas sem planejamento e apoio em contrapartida, pode gerar um sentimento de não pertencimento. Ao invés de uma mudança de postura, há muitas vezes uma mudança no cadastro da família, em que o adolescente é excluído.

O apoio da família ao membro que esta no período de vida da adolescência é de fundamental importância para que esse indivíduo possa se sentir acolhido, incluído em seu grupo familiar e fortalecido psicologicamente. Dessa forma, terá amparo para superar os desafios que podem surgir como dificuldades escolares, escolha de profissão, conflitos com colegas de sala de aula, professores, entre outros.

O adolescente necessita de um amparo global para proporcionar seu desenvolvimento pleno até a idade adulta. Na adolescência há uma transformação da criança em adulto, não apenas sob o ponto de vista biológico, mas também social e psicológico. Assim, as famílias possuem diferentes maneiras de lidar com esse adolescente, conforme muitos estudiosos caracterizam.

Chaves (2001) esclarece que a fase da vida da adolescência tem sido descrita e explanada a partir de diferentes perspectivas e a despeito dessa diversidade teórica, há uma noção da existência de adolescências. Assim, admite-se que dependendo do lugar social ocupado pelo adolescente, das suas inserções e participações sociais, a processualidade da qual decorrem as mudanças nas ações, compreensões, afetividade e atividades, não ocorrem

de forma similar a todos, o que contradiz a noção dos universais. A transitoriedade situa a juventude como período de preparação para a vida adulta. A concepção implícita e ideológica de que os conflitos e as crises serão superados na idade adulta, associa a perspectiva do natural e orgânico, conduzindo à visão de ser humano passivo e domesticável pela própria natureza.

De acordo com Portugal e Isabel (2013), a família é um sistema auto organizado, caracterizado pela contínua negociação e definição das relações entre os seus membros através de processos comunicacionais. A comunicação desempenha um papel central na relação progenitores-filhos, particularmente no exercício da parentalidade. Existem áreas de conflito como as reações dos pais ao desempenho escolar do filho e questões de disciplina. O aumento da intimidade na relação entre progenitores-filhos encoraja a habilidade da criança de enfrentar a realidade com êxito em seus próprios termos.

De acordo com Berger e Luckmann (2005), os indivíduos constroem seus valores e significados no âmbito das instituições sociais em que interagem como família, escola, entre outros. Por razões diversas, a modernidade observa uma crescente modificação das instituições tradicionais com multiplicidades de sentidos que caracterizam a vida contemporânea. Assim, os indivíduos passam a ter menos convicções e sentem-se desafiados constantemente a conviver em um ambiente social onde as vivências e sentidos parecem ser insuficientes para dar conta do entendimento de sua realidade.

O relacionamento entre pais e filhos modifica-se ao longo do ciclo de vida familiar. Não há uma passagem linear ao mundo adulto. Uma nova fase, a da transição para a vida adulta, é vivenciada pela família. Durante esse período, observa-se a necessidade de os pais continuarem auxiliando o processo de crescimento dos filhos. (PONCIANO e FERES-CARNEIRO, 2014).

Os autores Berger e Luckmann (2005) esclarecem que a identidade pessoal se desenvolve na medida em que o sujeito se pauta pelos esquemas e experiências de outros sujeitos, desde a infância. Entendendo seu agir em função das reações de outros, ele assume a responsabilidade sobre o que faz e assim desenvolve a essência da identidade pessoal.

O adolescente beneficiário do PBF possui, portanto, uma vivência diferente de seus pares de classe média, alta e uma responsabilidade a mais. Ele possui menos acesso a bens, serviços, oportunidades diversas, entre outros. Caso ele não cumpra as condicionalidades do programa, como citado anteriormente, vai prejudicar financeiramente os membros familiares que habitam em seu domicílio.

Fica claro que não há diálogos familiares envolvendo os jovens e seus responsáveis sobre a pactuação de todos os membros para manter o benefício ou conseguir se emancipar dele. Possivelmente as instituições que os jovens frequentam em seu município não estão incitando a curiosidade do jovem e empoderamento acerca do programa e de como podem contribuir para a emancipação familiar.

“Acho que minha mãe perdeu esse dinheiro (...) acho injusto. Minha mãe também recebe o seguro dela. Faria mudar algumas coisas no Bolsa. A pessoa tem que continuar recebendo pra não faltar nada em casa” (Entrevistada 5)

“Entendo muita coisa não. O professor diz que nós vamos para a escola por causa do bolsa família. Se a pessoa desistir já diminui o tanto que era.” (Entrevistado 12)

5.2.2 Mudanças na vida do adolescente e da sua família depois do benefício do Programa Bolsa Família – a interação entre o adolescente e a saúde

Sobre a interação entre adolescente e serviços gratuitos de saúde, fica claro que os jovens e adultos do sexo masculino não estão efetivamente sendo incentivados a frequentar os serviços de saúde, apesar de os atendimentos serem disponibilizados, há pouca mobilização.

“Eu não vou mentir que eu não vou muito não, só quando eu to com coragem, mas eles vai de vez em quando, a mãe leva os culumim ai.” (Entrevistado 11)

O foco principal na área da saúde do PBF está no acompanhamento do cartão de vacinação e o crescimento das crianças menores de 7 anos, bem como nas mulheres na faixa etária de 14 a 44 anos que devem fazer o acompanhamento da saúde da mulher ou ginecológico, assim como as gestantes ou nutrizas devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Se o adolescente tivesse um acompanhamento eficaz, situações como abuso de substâncias, depressão, suicídio, entre outros poderiam ser evitados. Durante a aplicação das entrevistas, foi detectado um caso de automutilação.

“Eu vou pra me vacinar e quando é pra ir. O bolsa tá certo, né? Sem palavras...(risos).” (Entrevistada 7)

“Tinha vez que tinha médico, pré-natal ai eu faltava a aula, fiz acompanhamento do começo ao fim. A gente se sente diferente das pessoas, ficam olhando assim dos pés a cabeça, depois passei a acostumar porque era novo pra mim (...) Toda vez que minha mãe recebia era um papel desse tamanho, tem que pesar, saber de tudo, ir na secretaria.” (Entrevistada 8)

A respeito do desconhecimento da condicionalidade da Saúde, há o seguinte relato:

“Eu não me vacino não, ninguém me leva, não disseram pra mim ir. Nem sei, acho que tem três ano ou quatro anos que não vou.” (Entrevistado 15)

A maioria dos jovens demonstrou desconhecerem principalmente a cobrança a cerca da condicionalidade da saúde, o que pode ser interpretado como maior divulgação e participação do setor educação no cotidiano do jovem beneficiário do que do setor saúde.

Em relação à frequência esporádica nos serviços de saúde ofertados, pouco vínculo entre adolescente e profissional, foi perceptível nas falas a ausência do vínculo, motivados certamente pelo medo do profissional de saúde e dos procedimentos, o que perpassa pelo desconhecimento e mistificação.

“Não gosto. Tenho medo... sei o que ele vai fazer não. Mãe leva, mas tem vez que não vou não. Já fiquei com febre, é ruim.” (Entrevistado 6)

“Quando era vacina eu não pegava não lá no colégio. Só tomei uma vez porque lá foi muita judiação comigo. Desde esse tempo não quis. Teve uma vez que rasguei foi meu cartão. Tinha uma mulher lá que é muito malvada. Ao invés de coisar na tranquilidade ela ia era na maldade. Falava para a gente sentar na cadeira era com raiva já. Não tenho medo da vacina, não gosto do jeito que ela tratou. Eu vou quando eu tô em Parnaíba. Uma amiga minha até chorou com medo da muié e passou foi cinco dias sem ir para a escola.” (Entrevistado 3)

A falta de equilíbrio entre saúde e educação principalmente nas famílias de baixa renda e em vulnerabilidade social são impactantes na vida do adolescente:

“As desigualdades na organização da sociedade implicam que a liberdade para gozar de uma vida próspera e de boa saúde esteja distribuída de forma desigual dentro e entre sociedades. Essa desigualdade pode ser constatada nas condições vigentes na primeira infância e idade escolar, na natureza das condições laborais e de emprego, nas características físicas do ambiente de trabalho e na qualidade do ambiente natural em que as pessoas habitam. Do mesmo modo, a estratificação social determina o acesso e uso diferenciado de cuidados de saúde, com consequências para a promoção desigual de saúde e bem-estar, prevenção e recuperação de doenças e sobrevivência.” (CARVALHO, 2013)

No município de Cajueiro da Praia-PI, ficou claro por meio desta pesquisa que os adolescentes usuários do PBF embora estejam recebendo ajuda financeira para que permaneçam na escola, necessitam de outras formas de apoio que vão além da alimentação básica, transporte escolar e serviços de saúde. Esta condicionalidade pode ser mais divulgada

e a presença do jovem nos serviços públicos de saúde, em busca de autocuidado pode ser mais incentivada, para ambos os sexos, em qualquer idade.

O autor Carvalho (2013) defende que a boa saúde contribui para prioridades sociais como o bem-estar, a educação, a coesão social, a preservação do meio ambiente, o aumento da produtividade e o desenvolvimento econômico. Isso gera um “círculo virtuoso” no qual a saúde e os seus determinantes se retroalimentam e se beneficiam mutuamente.

De acordo com Cohn (2012), em muitos casos o PBF funciona mais como a presença de uma renda que significa a garantia de acesso à assistência médica do que à própria renda em si para cobrir necessidades básicas como alimentação e habitação. Há famílias em que se utiliza o dinheiro para proporcionar deslocamento para os dispositivos em que o usuário recebe tratamento de saúde, bem como a compra de medicações não fornecidas pelo governo.

Foi possível identificar que o dinheiro do Bolsa Família está sendo usado para suprir necessidades que outras políticas sociais não estão dando conta da presente demanda.

“Vejo se ta faltando fralda eu compro, leite, remédio... uso mais o bolsa pra remédio porque criança hora ou outra esta sentindo uma dor.” (Entrevistada 8)

Segundo Cohn (2012) o poder de resolutividade perpassa por quem executa a política, que é o município. O estado brasileiro, patrimonialista, burocratizado, que resulta no governo nacional, tem poucos instrumentos para operacionalizar em cada município. A lógica da máquina do estado não tem sido trabalhar junto nas políticas públicas, pois há disputa por recursos e por visibilidade. Quem faz as instituições são as pessoas e estas não mudam do dia para a noite.

Para o autor Carvalho (2013), as iniquidades em saúde não podem ser combatidas sem que as iniquidades sociais também o sejam. Para que a economia permaneça forte, a estabilidade social e a segurança global sejam mantidas, é essencial que ações coordenadas em prol da saúde sejam implementadas. Adotar a abordagem dos determinantes sociais significa assim, compreender o valor que a saúde tem para a sociedade e admitir que ela depende de ações que, muitas vezes, não têm relação com o setor Saúde.

Os autores Rego e Pinzani (2013) afirmam que a ampliação dos direitos de cidadania seria reforçada se as prefeituras não limitassem sua atuação ao cadastro das famílias beneficiárias, ao contrário, deveriam criar canais de interlocução e controle social do Programa. Afinal, a proposta do PBF não assegura a solução do problema da pobreza, nem tem por enfoque direto a formação de uma cultura de cidadania ativa, embora atue como pressuposto indispensável para ambas.

O PBF é um programa transversal no qual a intersectorialidade deveria ser um elemento central, seja por induzir o acesso aos direitos universais de educação e saúde, seja por prever as 'portas de saída' do benefício por meio de atividades de geração de trabalho e renda. Em muitos casos o PBF funciona mais como a presença de uma renda que significa a garantia de acesso à assistência médica do que à própria renda em si para cobrir necessidades básicas como alimentação e habitação (COHN, 2012).

5.2.3 Os motivos para descumprir a condicionalidade educacional - a ausência da escola

Como resultado do estudo realizado em Cajueiro da Praia, é possível compreender que existem fortes embates entre os alunos, as famílias e a escola, bem como não está bem definido os papéis de quem se responsabiliza por motivar o aluno à aprendizagem e acompanhá-lo. O ECA definiu que a obrigação é de todos, porém na prática ainda há entraves. É notório que grande parte do alunado é beneficiário do PBF.

Os resultados do presente estudo se articulam com a pesquisa de Oliveira (2014) em relação à percepção de que a escola é elemento importante para dar coesão ao programa. Em Cajueiro da Praia, o serviço público mais acessível aos jovens usuários do PBF é a escola que deve servir como rede de proteção para esses sujeitos. Para tanto, necessita-se aprimorar para acolher aos adolescentes, ao invés de inconscientemente reforçar a impressão de que a solução para o adolescente que enfrenta dificuldades escolares é o abandono.

Os resultados do estudo de Araújo (2014) anteriormente citado, se articulam com a presente pesquisa no aspecto do reconhecimento da necessidade do benefício por parte dos beneficiários, e da percepção dos professores em haver maior engajamento com a educação. No município de Cajueiro da Praia, grande parte da população possui escassas possibilidades de entrar no mercado de trabalho, recebendo o benefício por anos, enquanto a escola lida com constantes descumprimentos da condicionalidade educacional ano após ano.

Comparando os resultados do estudo de Torres, França, Teixeira, Camelo, & Fusaro (2013) com os resultados obtidos na presente pesquisa, existe o aspecto coincidente que são os episódios de conflito na escola como relativamente comuns. Outro aspecto que se repete são as relações de sociabilidade como importantes na experiência escolar para os adolescentes entrevistados.

Sobre a distorção série-idade ficou explícito que é algo comum entre os adolescentes entrevistados. É preocupante, pois afeta principalmente os mais vulneráveis. Os

adolescentes que estão fora da escola no presente estudo são exatamente os que mais precisam porque em geral são os que possuem dificuldades de aprendizagem, os mais pobres, e que moram em lugares mais ermos.

O Brasil possui 2.486.245 crianças e adolescentes fora da escola, segundo levantamento feito pelo Todos Pela Educação com base nos resultados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio). O montante representa cerca de 6% do universo total de alunos.

“Já reprovei bem umas duas vezes. De primeiro eu não entrava na sala de aula. Eu não assistia. Depois eu não fazia o trabalho e atividades valendo ponto.” (Entrevistada 2)

“Já sim bem umas duas ou três vezes.” (Entrevistado 3)

Em relação a conhecer pouco sobre seu processo de escolarização, ficou nítido que é um fato geralmente acompanhado pela desmotivação.

“No começo tava bom, mas depois começou a ficar ruim. Eu não tava interessado mais. No começo do ensino médio eu era mais interessado. Parei no segundo ano.” (Entrevistado 13)

Esta dificuldade de percepção certamente é influenciada pelas dificuldades de aprendizagem presentes nos relatos, convívio com situações de violência e conflito entre colegas de sala de aula, no trato com professores e diretores.

A maioria dos jovens demonstrou percepções frágeis sobre a escola, pois não estão cientes da real importância e utilidade da escolarização e aprendizagem em suas vidas.

“Lá é bom na escola, mas nem sei explicar.” (Entrevistado 13)

“Acho que esse ano eu não fui nenhum dia... não fui na escola me matricular. Teve uma vez que desisti e depois no outro ano voltei.” (Entrevistado 14)

A respeito da dificuldade de seguir rotina:

“Tem vez que vou para escola, tem vez que não vou. Quando eu vou fico nas aulas no horário todo (...) Não vou às vezes porque estou com preguiça, tem vezes que fico doída, dormi de mal jeito, febre, dor de cabeça.” (Entrevistada 2)

“Eu não gosto de fazer essa mesma coisa todo dia, fiquei abusado já (...) Essa rotina não da vontade de fazer todo dia, toda semana a mesma coisa (...) Essa cobrança da escola não devia ter porque chega um tempo que a pessoa não tem mais vontade de ir ..eu mesmo abusei isso de tomar banho, se arrumar, ficar esperando o carro no mesmo horário.” (Entrevistado 13)

Os adolescentes argumentaram sentir tédio com o seu cotidiano escolar, desmotivação, dificuldades de aprendizagem, relações conflituosas com colegas e professores. É preciso resignificar tais vivências:

“Se a vida de todo dia se tornou o refúgio dos céticos, tornou-se igualmente o ponto de referência das novas esperanças da sociedade. O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais.” (MARTINS, 2008)

Sobre as dificuldades de aprendizagem, é possível que algumas famílias não percebam que há um problema na aprendizagem do(a) filho(a) que vai além de uma sala barulhenta ou uma relação ruim com os professores. Outros indivíduos que possam ter contato com o adolescente, como profissionais da escola, do CRAS, da saúde, entre outros, podem perceber sinais e sintomas dessas dificuldades e alertar.

“Tem hora que não da vontade de assistir ai fica desinquieto na aula, fica pra lá e pra cá, não sossega na cadeira. Na hora da chamada eu presto atenção (...) Não presto muito atenção na aula, sou danado, não sossego, mas esse ano to me ajeitando mais. Mãe e o pai dão conselho pra eu me ajeitar na escola e eu fico é bagunçando”. (Entrevistado 1)

As autoras Smith e Strick (2007) trazem a informação que na puberdade a população escolar tem dificuldade para concentrar-se na aprendizagem. Em geral há uma perda inesperada do interesse por aprender – seja súbita ou gradual – é um sinal de que uma intervenção é necessária. Uma vez que um aluno tenha deixado de sentir prazer e começado a evitar a escola, pode ser difícil restaurar a motivação. Se as dificuldades de aprendizagem dos estudantes não são identificadas e um apoio apropriado oferecido, o desinteresse progride para a franca evitação.

Ainda de acordo com as autoras Smith e Strick (2007), os estudantes desenvolvem estratégias para pouparem a si mesmos da frustração de realizar tarefas que lhes são difíceis. Eles se tornam procrastinadores. Alguns se queixam cronicamente de fadiga, de dores estomacais, ou outras aflições, e pedem para abandonar os deveres ou permanecer em casa e sair da escola em definitivo – e não estão necessariamente fingindo, já que os desconfortos relacionados ao estresse podem ser reais.

Existem outras causas além das dificuldades de aprendizagem para a perda do interesse por aprender. Problemas familiares, preocupações com a saúde, um professor ineficiente, ou um fraco ajuste entre o estudante e o currículo podem afetar o entusiasmo pela educação. Se os pais permitem que a situação se deteriore até o final do Ensino Fundamental

ou início do Ensino Médio, os adolescentes podem abandonar completamente a escola (SMITH E STRICK, 2007).

Há uma diversidade de dificuldades de aprendizagem evidenciadas no contexto escolar, são elas problemas de leitura e escrita; dificuldades com cálculos matemáticos, entre outros. São possíveis de ser resolvidos no ambiente escolar, haja vista que se tratam de questões psicopedagógicas. O fracasso escolar é um possível resultado de uma dificuldade de aprendizagem não intervida de forma adequada (LIMA, 2014).

A escola juntamente a uma equipe multidisciplinar (médicos, psicólogos, assistentes sociais, etc), precisa pensar em diferentes estratégias articuladas as particularidades do adolescente, que venham a sanar estas dificuldades, que se acentuadas, suscitam uma intervenção pedagógica específica. São os casos de déficit de atenção, hiperatividade, discalculia, disgrafia, dislexia entre outros (LIMA, 2014).

Em relação à violência entre colegas da escola esta é uma dificuldade presente em diversas escolas de todo o país.

“Gostava da escola não, é muito ruim... as meninas lá ficavam mangando da gente, falando da mãe. Tinha amizade só com uma. Fala um monte de coisa, a tia brigava com elas, depois voltavam.” (Entrevistada 9)

“Eu não passo pra cima do que quer me bater. Fico só na minha calado.” (Entrevistado 1)

“Vejo as brigas, tem muita briga. Não me envolvo (...) As pessoas se batem mesmo, acontece dentro da sala de aula. Eu não gosto. Fico olhando só. Atrapalha a prender as coisas da escola. Me chamaram na diretoria por causa de briga.” (Entrevistada 2)

É fato que a globalização alcança os seres humanos, seus problemas, suas diferenças e semelhanças, globalizando também as violências em uma escala refinada e inventiva. A violência manifesta-se contra o patrimônio escolar e está presente nas relações estabelecidas entre os alunos e entre eles, os professores e gestores. Tais violências envolvem situações que vão da agressão física até as omissões indiretas, resultado de negligência ou ignorância em relação aos outros (SILVA & SALES, 2010).

Ainda para Silva e Sales (2010), têm sido apontado como estopim da violência escolar as diferenças culturais, os preconceitos, a desqualificação da escola como instituição integradora do indivíduo na sociedade e a escola como referencial de valores éticos e morais. Existem ainda consequências da desigualdade social que influenciam na produção da violência e refletem na vida dos jovens.

A violência escolar está ligada ao conceito de violência juvenil, pois têm sua explicação em processos vinculados a identidades e à representação social de jovens, isto é, aos aspectos identitários e imaginários da juventude. Não obstante, também a violência reivindicativa e a delinquência, quando são protagonizadas por jovens, costumam participar de dimensões peculiares e diferenciadas das operadas por adultos (SILVA & SALES, 2010).

Sobre os conflitos entre alunos e professores:

“Eu sai por causa dos professores. Teve mais três comigo aqui que saíram, nessa casa aqui saiu dois, por causa dos professores. Os professor lá julgava muito a gente. Teve um amigo lá meu que só porque nois tava conversando ele sorriu e a professora chamou ele de doido. Quando senta dois amigos perto sempre tem conversa né? A sorte dela é que o pai dele não quis confusão não. Ele falou para o pai dele que iria sair do colégio, por causa dessa professora que não gostava dele não. Os professores lá não tem que ter isso de gostar não. É só dar aula e pronto. Tem esse negócio de julgar os outros, isso zanga a gente...aí fica paia...ser humilhado na frente dos outros, também por isso que eu sai. Também tinha uma professora que tirava muita onda chamando os meus pais, aí eu não gostava porque os outros ficava tudo achando graça (...) Gostava de três professores lá porque eu me dava bem com eles. Eu tava precisando de uma resposta ou não tava entendendo e ia perguntar eles diziam. Os outros não. Quando o aluno não sabe e pede uma ajuda tem que dar (...) Nas provas do professor que não me dava bem ele mesmo assim fazia coisa pra eu não ficar dentro da sala. Se eu perguntasse uma coisa ele já vinha com ignorância comigo eu fazia logo isso, colocava meu nome na prova e ia embora (...) Essa de inglês não ensinava pra ninguém não, deixava que aprendesse por conta própria mesmo. Teve um amigo meu bem aqui que xingou ela dentro da sala porque ela não tem respeito por ele não. O professor tem que ter respeito com o aluno e o aluno com o professor (...) Este professor até já botemo ele pra fora, nós fizemos rebelião. Ele saiu e depois ele voltou, ai descontou em tudim. Mudaria é dois professor.”
(Entrevistado 3)

Em relação à mesma temática:

“Com alguns professores eram bom, com outros não. Tinha uma diretora lá que tirava onda demais comigo. Ela me escarrou lá na frente de todo mundo, aí fui mais não. Fiquei com vergonha de ir (risos).” (Entrevistado 3)

O relacionamento professor-aluno exerce um papel importante no desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos discentes, influenciando não apenas o desempenho escolar, mas também o funcionamento social e emocional. Quando este relacionamento é positivo, pode facilitar o processo de adaptação dos estudantes contribuindo

para a aprendizagem de habilidades essenciais para a trajetória escolar e para a redução de problemas comportamentais atuais e futuros (PETRUCCI, BORSA, BARBOSA, & KOLLER, 2014).

Williams e Stelko-Pereira (2013) esclarecem que a violência escolar é um fenômeno mundial e seus efeitos afetam a crianças, adolescentes, professores, pais, entre outros. Este fenômeno é de difícil conceitualização, pois envolve diversos subtipos e deve ser observado no escopo dos Direitos Humanos para que assim seja viabilizado um entendimento teórico que potencialize respostas sociais às inúmeras questões derivadas das situações propiciadoras desta violência. Os autores defendem ações que promovam a cultura da paz, prevenção e formação ou associação a redes de promoção de Direitos Humanos.

De acordo com os autores Petrucci, Borsa, Barbosa e Koller (2014), existem indicadores de conflito que se referem às características negativas e positivas. As que podem influenciar negativamente nessas interações são a imprevisibilidade, a discordância e o desprazer. Já os positivos podem ser a afinidade, a abertura, o afeto e a segurança.

A autora *Ceccon* (2009) esclarece que conflitos simples ou graves devem ser repensados pelos educadores para compreender sua origem e natureza. É preciso gerenciá-los, identificando situações do cotidiano escolar em que estes conflitos possam gerar aprendizagens. Pode ser necessário mudar a proposta pedagógica da escola, construindo parcerias e alianças para tirar a escola do isolamento. Lidando com os conflitos, a cultura da escola irá gradualmente se transformando em uma cultura de diálogo, que é à base das verdadeiras mudanças.

A respeito das reclamações sobre a alimentação fornecida pela escola:

“Sempre os alunos reclamava, botava até papel na parede e o professor dava suspensão. Tinha vez que nós não saia cedo por causa da merenda. Teve uma menina que passou foi mal de fome, desmaiou. Não tinha tomado café da manhã umas dez horas passou mal. Tinha lanche que dava dor de barriga, nescau azedo, biscoito do outro dia, salsicha fedendo a mofo. Tinha vez que eu não comia. Eu às vezes tinha dinheiro e comprava lanche pra mim e meu amigo, se ele tinha ele comprava lanche pra nós.” (Entrevistado 3)

Em relação à mesma temática:

“A merenda é nescau as vezes, não posso tomar nescau, fico com dor de barriga. Podia ser um suco. As vezes tinha.” (Entrevistada 5)

“Acho que lá mudou bastante, antes era só suco, suco de caju quase sempre. Hoje já tem também suco de acerola, pra comer tem maria isabel.” (Entrevistada 7)

É fato que por serem de baixa renda e relatarem já terem passado fome, existe uma forte expectativa em relação ao lanche da escola, que pode ser sua principal alimentação do dia, pois alguns moram em casa com uma família numerosa em que a alimentação prioritária são dos mais novos ou dos mais velhos.

No Brasil, a alimentação escolar é um direito de todos os alunos matriculados nas escolas públicas, no entanto, sua aceitação é variável. Para alguns alunos, principalmente os de condições socioeconômicas menos favorecidas, a alimentação escolar é primordial, pois muitas vezes ele é sua principal ou única refeição do dia. O número de refeições realizadas ao longo do dia pelos alunos constitui importante indicador do panorama alimentar e do padrão nutricional da criança. Estima-se que de 15% a 20% dos alunos omitam pelo menos uma refeição diária (STURION ET AL., 2005).

A fome é fruto da recessão econômica em países em que os níveis de desemprego passam a ser responsáveis pela redução da quantidade e qualidade de alimentos que as pessoas consomem. Esse desequilíbrio deixa latente que há várias formas de má nutrição a ser combatidas como em função de micronutrientes, que compromete o desenvolvimento físico, motor e mental, como também a obesidade. As consequências podem ser desastrosas e comprometer toda uma geração (SILVA, 2017).

O autor Caetano (2018) expõe que o PBF contribui para uma melhoria na educação, embora não a garanta. A combinação da presença e alimentação é importante porque ninguém aprende nada sem ir para a escola e, mesmo indo, não aprende se estiver com fome. Os efeitos da desnutrição na capacidade de aprendizado são vastos. Bem alimentada e com orientações mínimas, as pessoas se mantêm mais saudáveis e dependem menos do deficiente sistema público de saúde. Isso leva também a uma vida mais digna e traz mais motivação às pessoas.

Sobre a falta de comunicação entre família e escola, é perceptível que precisa ser melhorada por ambas as partes envolvidas, os responsáveis e os professores ou outros profissionais da escola.

“Chegava aqui e contava pro meu pai ele mandava era eu xingar mas se eu xingar é pior. Aí decidi, falei pra mãe que não dar certo eu estudar mais não.” (Entrevistado 3)

“Avisam não. Lá na escola também ninguém pergunta porque faltou...pergunta nada (risos). Se eu tiver doente tomo um remédio e passa, um dipirona um diclofenac (...) Ela vai quando tem reunião. Ela diz para eu continuar.” (Entrevistada 7)

O adolescente assim como a criança, passa grande parte do dia na escola, mas a diferença se encontra nas transformações mais complexas que está lidando. A instituição de ensino fatalmente acumula não só o papel educativo, mas também passa a dividir com os pais ou responsáveis, a função de colaborar na formação do indivíduo como um todo.

A comunicação entre família e escola é fragilizada, possivelmente pela distância entre a morada da família e a escola, bem como falta de celular ou créditos e escassez de transportes públicos, ou ainda a falta de vínculos e parceria com o processo educacional do(a) filho(a). No tocante as reclamações sobre o transporte escolar e o trato com o motorista, é evidenciado que o processo educacional perpassa por uma rede de serviços em que diversos trabalhadores estão envolvidos, como por exemplo, o motorista, a qualidade do transporte público, a acessibilidade, entre outros.

“Motorista do ônibus que fica falando coisa comigo e eu sou evangélica. Eu to recebendo preconceito do motorista. Toda vez que eu entro no ônibus ele fala boa tarde irmãzinha e pega nos meus cabelos, eu não tenho essa intimidade com ele. Ele tem intimidade com outras meninas lá, não é só comigo, mas de evangélica tem eu, uma menina e um menino. Eu viro a cara e saíu zangada (...) Sinto muito bem não, porque sei que ele faz isso quase todo dia.” (Entrevistada 10)

“É complicado por causa dos transporte porque ele me deixava longe, eu tinha pegar lá acolá e que vir caminhando a noite sozinho, tinha só eu e meu irmão para vir. Quando ta claro eu não tenho medo não, mas quando era ta escuro ai da certo não. É longo a pé (...) O carro deixava de vir, tem moto aqui mas não tinha ninguém pra me deixar... eu não ia por causa da policia essas coisas.” (Entrevistado 12)

5.2.4 O que poderia mudar no Programa Bolsa Família

O resultado do presente estudo foi diverso em relação à pesquisa de Barbosa et al. (2016). Foi encontrado como resultado a necessidade de trabalhar para ajudar a suprir as necessidades básicas da família, migrar de cidade em busca de oportunidade de emprego e também foi presente a gravidez como motivo que dificulta a permanência na escola, e também dificuldades de alguém cuidar da criança enquanto a mãe adolescente vai a escola.

Os efeitos das condicionalidades são imensos, revelando potencial para transformações sem as quais a promessa de um país moderno e democrático não poderia ser cumprida nas condições atuais: seus impactos atingem não apenas a camada pobre e menos

favorecida da população em geral, mas mais precisamente as relações de gênero e suas consequências, tais como a estrutura familiar, o escasso horizonte educacional dos filhos, os déficits nutricionais das crianças e a inclusão cívico-política dos beneficiários. Efeitos consideráveis em um país dito desenvolvido, moderno e democrático, mas que convive com extrema desigualdade econômica e social, exclusão política, preconceito regional, racial e de gênero, e violação sistemática de direitos humanos, ou seja, a realidade de milhões de brasileiros que ainda estão “completamente fora das heranças mais básicas da civilização” (REGO E PINZANI, 2013).

Sobre aumentar o valor do benefício, é fato que embora haja reajuste anual no programa, ainda há o argumento da necessidade de aumentar o valor. Isto é provavelmente motivado pela elevação do custo de vida e mudança do perfil do consumo da família, pois se há um bebê em casa ou idoso, existe a necessidade de novos produtos.

“Eu aumentava o bolsa porque é 50 reais, 60. Aumentasse ao menos uns 10 reais ou 20. O que pudesse ia aumentando. Tem gente aí que tem de 5 curumim e recebe bem pouquinho, dá nem pra o curumim se alimentar direito.” (Entrevistado 1)

“Tem uma tia minha ali que quando foi receber era oitenta reais. Ela tinha acho que sete filhos. Não sei se ela recebe ainda, estavam estudando os filhos. Acho errado assim. Cada casa tem que ser um valor certo mesmo. Porque depois vai e abaixa, diminui pra num sei quanto e a pessoa precisa de um valor certo. Teve uma vez que aí que nós foi receber e foi outra coisa, teve vez que tava sem dinheiro. Esse foi o tempo de passar fome.” (Entrevistado 3)

Os adolescentes entrevistados anseiam por aumento financeiro no PBF, gerir a porcentagem destinada a eles, mas não citaram estratégias para a emancipação dessa dependência do programa, o que demonstra que a percepção está limitada e podem não compreender a possibilidade do dinheiro não ser vitalício. Eles recorrem ao trabalho informal.

Nas falas foi perceptível o desejo do jovem em administrar sua porcentagem de dinheiro. Esta é uma forma de independência, pois, gera poder de decisão sobre o consumo entre os itens de necessidade básica e de prazer ou supérfluos.

“Quem recebe não é eu, eu não vejo o dinheiro (...) pra mim sempre foi do mesmo jeito.” (Entrevistada 4)

“Do jeito que tá, tá indo até bom, pra ela ajuda muito, tem dias que nós não trabalha e minha mãe recebe e me dá.” (Entrevistada 8)

Segundo Caetano (2018) as pessoas opinam sobre a iniciativa do PBF, seu comprometimento e eficácia, algumas com visão técnica, outras com a visão voltada para a

realidade do país, é fato que há a ideia de ser uma proposta eleitoreira e o apelidaram de “Bolsa-Esmola”. A compra de votos pode ser a índole por trás do programa, mas há características mais amplas. Os critérios de entrada da família no programa são relevantes, mas dependem de controle o que é algo difícil dada à amplitude de programa. É uma bolsa de um valor alto o suficiente para permitir que as famílias saiam da miséria absoluta, mas baixo o suficiente para que, assim que a situação melhora, seja para a pessoa ou para a comunidade em que ela vive, a bolsa se torna desprezível. Essas famílias não estão em um patamar de consumo em que aumentar o poder de compra significa comprar supérfluos, mas num patamar onde existe necessidade reprimida por alimentos e insumos básicos para a vida digna.

A educação financeira ainda não é uma realidade na educação pública brasileira, o que pode contribuir para uma equivocada tomada de consciência do consumo. Esta consciência muitas vezes não é orientada em casa por meio dos ensinamentos dos pais.

Momentaneamente muitos jovens usuários do PBF optam por trabalhar, como foi observado, em busca de autonomia. Segundo Cohn (2012) é vital investir na chance que os filhos dos usuários tenham a médio prazo, o poder de usufruir dos programas para se inserir no mercado de trabalho no futuro, na construção da consciência dos direitos, que é um processo histórico árduo e cultural.

Ao longo da presente exposição é perceptível um contraste entre os ideais e o agir dos participantes da pesquisa de forma fragilizada. É possível retomar brevemente a ideia de protagonismo juvenil de Costa (2000), que se adequadamente promovido nas instituições como a escola, colaboram para a formação de um futuro mais justo aos jovens.

O mero cumprimento das condicionalidades, na perspectiva de Cohn (2012) não é para punir a família. O descumprimento é indicativo de que o gestor das políticas municipais não está conseguindo gerir da melhor forma, oportunizando autonomia e superação. Esses sujeitos tem que possuir voz e trabalho, porque a ajuda do programa pode acabar.

Os autores Rego e Pinzani (2013) relatam que o desenvolvimento político atual permite ser questionado do ponto de vista do “projeto da modernidade”, pois, tal projeto consiste na “promessa de autonomia (individual e coletiva)”. Esta é uma promessa que a própria modernidade faz e não cumpre. Esse é um déficit da sociedade capitalista contemporânea que promete autonomia para todos e não lhes oferece as condições reais e não meramente formais para desenvolvê-la.

O autor Silva (2017), diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a FAO, relata haver a possibilidade de o Brasil voltar a ter a fome como um de seus problemas crônicos e estruturais, caso o país não retome o

crescimento econômico, geração de empregos de qualidade e ter um programa de segurança alimentar voltado para as zonas mais deprimidas. Existe uma linha imaginária que separa a pobreza extrema dos “não pobres”, pois, há grande flutuação nessa separação. As pessoas que se encontram abaixo dessa linha normalmente são os desempregados, que fazem trabalhos eventuais, sem ocupação formal, possuem família numerosa e vivem em região pobre, desprovida de acesso a serviços públicos de saúde e educação de mínima qualidade, entre outros. Relata ainda que a pobreza não é um atributo individual e sim coletivo.

Segundo o autor Caetano (2018), o programa contribui para um aumento da qualidade de vida e aquecimento da economia local, pois, a economia é dinâmica: com a inflação local e o aumento do padrão de consumo, o poder de compra da bolsa para uma dada família vai cair com o tempo, assim não é interessante se acomodar.

É preciso que haja uma reorganização dos serviços ofertados as famílias beneficiárias do programa, que devem passar por ampliação, se voltando para o público jovem. Eles não raramente percebem como sua única alternativa, ir embora da cidade e viver longe da família para trabalhar, abandonando o estudo antes de concluir o Ensino Médio.

O autor Silva (2017) atribui pobreza, insegurança alimentar, desigualdade, desemprego e falta de proteção social como as causas profundas da migração. Afirma que para salvar vidas, o governo deve reconstruir o ambiente em que as pessoas vivem, reforçando sua capacidade de resiliência e garantindo seus meios de subsistência. Se for oferecida a possibilidade de um modo digno de vida, a migração passa a ser uma questão de escolha.

Os efeitos de longo prazo de políticas da mudança da cultura da população mais pobre - proporcionadas pelas exigências de concessão de bolsas do Bolsa Família -, podem formar gerações não apenas mais saudáveis, mas mais conscientes de sua própria saúde. E pessoas mais conscientes de sua saúde, em geral, cuidam dela, em um nível muito mais alto, como melhor alimentação, atividades físicas etc. Como estes efeitos só podem ser observados com a presença do programa em todo o país, os números de beneficiários são extremamente altos e, assim, o controle dos parâmetros de concessão ficam prejudicados. É praticamente impossível fazer um controle rígido sem que os custos do programa cresçam demasiadamente, pode trazer enormes transformações para um país. O conjunto de efeitos que o programa traz consigo, cada um deles potencializando fatores fundamentais para o desenvolvimento do país em todos os níveis humanos, aliado ao seu custo relativamente baixo aos cofres públicos, tornam o Bolsa Família não apenas um programa de sucesso momentâneo, mas também uma proposta de estratégia de médio e longo prazo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado sobre a percepção de adolescentes em situação de descumprimento da condicionalidade educacional sobre o Programa Bolsa Família permitiu identificar uma série de questões familiares, financeiras e de políticas públicas que influenciam direta e indiretamente no desenvolvimento pleno do adolescente, culminando muitas vezes em abandono escolar.

Buscou-se compreender o sujeito social dos adolescentes, posto que no cotidiano é habitual conviver com uma série de “rótulos” a respeito da juventude que interferem na maneira de compreender os jovens. Para essa compreensão, implicou-se a captação dos lugares e das situações sociais onde o adolescente está inserido; dos relacionamentos interpessoais configuradores do processo de construção/reconstrução da sua singularidade; dos mecanismos de subjetivação; dos projetos de vida.

Para tal, foi realizada a identificação e o entendimento de redes de ações, significados e sentidos atribuídos pelos adolescentes, das suas diferentes concepções e engajamentos, levando em consideração os cenários econômicos, culturais, sociais e institucionais locais.

Ao focalizar o objeto desta pesquisa, analisando as percepções dos adolescentes usuários do PBF e suas dimensões, foi possível compreender que o PBF, apresenta muitos ganhos para a qualidade de vida de seus usuários. Foi possível assim compreender seu impacto real na vida das famílias, que difere de acordo com a realidade socioeconômica de cada local.

Para responder de forma mais direta a tal questão, que se constitui no objetivo principal deste estudo, apresentam-se os objetivos específicos nas análises realizadas. Dos três objetivos propostos, o primeiro versava sobre as razões pelas quais os adolescentes descumpriam a condicionalidade educacional do PBF. Como resposta foi encontrada desmotivação, necessidade de ajudar a cuidar da casa e da família, trabalhar.

O segundo foi identificar como estes adolescentes avaliam a relevância do PBF para si mesmos, especialmente quanto a sua saúde, e para suas famílias. Como resposta foi encontrada o distanciamento dos serviços de saúde e reconhecimento da necessidade do benefício, sobretudo para itens de necessidade básica.

O terceiro foi compreender quais seriam as características ideais do PBF e da condicionalidade educacional. Como resposta foi encontrada o desejo de aumento do valor e passarem a receber a sua parcela de dinheiro para administrar.

Os desafios apresentados na pesquisa foram: conseguir o carro da prefeitura em bom estado; contar com motorista para realização das visitas domiciliares; percorrer grandes distâncias para localizar os adolescentes e suas famílias; proporcionar uma atmosfera agradável e sem intimidação para que o(a) entrevistado(a) pudesse expor sua opinião sem medo; administrar a interferência de membros da família na entrevista; compreender a fala, expressões e timidez de alguns participantes.

As questões levantadas na pesquisa apontam para a necessidade premente de se aprimorar com mais vigor e atenção, uma política pública voltada para a saúde e educação dos adolescentes, se complementando para que alcancem o propósito do Programa, que é o rompimento intergeracional da pobreza.

É importante que esses adolescentes de baixa renda, moradores de uma cidade pequena, com pouco desenvolvimento econômico e que demonstraram poucos planos para seu próprio futuro, possam se dedicar a si próprios, reconhecendo seu valor e capacidade, o que consequentemente repercute em mais autocuidado em saúde e melhor desempenho escolar.

Isso evidencia e confirma que existe uma forte relação entre o desenvolvimento do adolescente de baixa renda e seu acesso a serviços públicos de qualidade, como saúde e educação, para se tornar um adulto com desenvolvimento integral, um futuro próspero e com oportunidades de independência com crescimento financeiro e social.

Ao finalizar a presente pesquisa, cumpre-se, em razão da trajetória percorrida e dos resultados, elencar algumas questões norteadoras, para que, de forma urgente, o Poder Público, os profissionais da educação, assistência social, psicologia e PBF, bem como a sociedade, se aglutinem no sentido de que se efetive a implementação de novas ações para o amparo aos adolescentes usuários do PBF:

- 1) Tornar os dispositivos de saúde lugares mais convidativos para os jovens frequentarem e buscarem prevenção e tratamento de saúde;
- 2) Viabilizar a expansão da equipe escolar com profissional da Psicologia;
- 3) Fomentar campanhas de esclarecimentos dos direitos e deveres dos usuários do PBF para todos os membros da família;
- 4) Desenvolver ações de educação financeira para os usuários adolescentes;
- 5) Investir em ações para incentivar a comunicação e parceria entre família e escola como reuniões mensais atrativas, por exemplo;
- 6) Promover ações fora de sala de aula para fortalecer o vínculo com os professores e colegas;

- 7) Incentivar a formação continuada dos professores;
- 8) Facilitar um ambiente dentro da escola como um plantão tira dúvidas, para que os alunos possam auxiliar uns aos outros para sanar suas dúvidas sobre os conteúdos estudados, atribuindo pontos extras ou outros benefícios aos participantes, como forma de enfrentamento as dificuldades de aprendizagem;
- 9) Oportunizar atividades de acompanhamento pedagógico por meio de programas como o Mais Educação, nas disciplinas de português e matemática, conforme proposto no programa e outras mais;
- 10) Implementar a política de progressão continuada, de maneira cuidadosa, garantindo que o aluno aprenda para não repetir de ano;
- 11) Aderir à reforma do ensino médio que consiste mudança na estrutura do sistema atual do ensino médio;
- 12) Expandir o programa Pedala Piauí, já existente em outros municípios, que oferta bicicletas para os jovens irem à escola, dependendo menos do ônibus.

Diante do que já foi exposto, percebeu-se a pertinência em propor para a escola, a exibição do vídeo educativo intitulado “Presente”, desenvolvido como um produto do presente estudo, que contribui para uma maior aproximação do adolescente com a temática e conscientização de seus direitos e deveres no PBF.

Por fim, espera-se que o presente estudo possa ser útil para que aqueles profissionais que têm como público alvo os adolescentes, para que possam aguçar seu olhar sobre a juventude e facilitar que o adolescente enquanto sujeito social, possa construir um determinado modo de ser jovem, baseados em seu cotidiano, respeitando suas percepções e facilitando seu desenvolvimento como um todo. Fica a mensagem da importância de uma rede de sustentação ampla, com políticas públicas que garantam espaços para que os jovens possam se colocar e se reconhecer de fato como sujeitos e cidadãos, com direito a viver plenamente a juventude e planejar o futuro.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Lúcia. **Observação sobre a orientação metodológica para visitas domiciliares, entrevistas, trabalho com famílias, grupos e comunidade.** Relatório preliminar de Consultoria a SMAS/PBH, 2004.
- ALMEIDA, M. A.B; GUTIERREZ, G. L; MARQUES, R. **Qualidade de vida:** definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades. EACH/USP, 2012.
- ARAÚJO, D, de. **"Transpondo alinha da pobreza?":** uma análise da condicionalidade educacional do programa Bolsa Família em Tacima-PB. 2014. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2014.
- BARBOSA; DIÓGENES; SOUSA; MONT-ALVERNE. Adolescente masculino beneficiário do programa bolsa família: conhecimento sobre o programa na família assistida. **Periódicos Unifor.** Fortaleza, v.29, n.2, 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido.** Orientação do homem moderno. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BICA, C. M. de A. **Evasão escolar:** os comprometimentos da má qualidade da escola. Disponível em: <apeoc.org.br>. Acesso em: 25 set. 2016.
- BOWERS, Alex J., SPROTT, RYAN e TAFF, Sherry. **Sabemos quem vai abandonar ?:** uma revisão dos preditores de abandono do ensino médio: precisão, sensibilidade e especificidade. Columbia University Academic Commons. The High School Journal, 2013.
- BRANDENBURG, L. E. Vulnerabilidade social em escola pública: possibilidades de abordagem no ensino religioso. In: SIMPÓSIO NORDESTE DA ABHR: GÊNERO E RELIGIÃO: DIVERSIDADES E (IN)TOLERÂNCIAS NAS MÍDIAS, 2. 2015. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, ABHR. 2015. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais.2015>>. Acesso em: 28 fev. 2017.
- BRANDÃO, A., DALT, S. Da. **Os efeitos do PBF na educação:** o que pensam professores, diretores e coordenadores? DATAUFF-Núcleo de Pesquisas Sociais Aplicadas, Informação de Políticas da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2013.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 fev. 2017.
- _____. Ministério da educação. Sistema Presença de Acompanhamento da Frequência Escolar do Programa Bolsa Família. **Manual do usuário.** Sistema Presença. DEAVE/ SECAD/ MEC. Versão 4.6. Disponível em: <<http://frequenciaescolarpbf.mec.gov.br/presenca/attachments/final/manual.pdf>>. Acesso em 21 fev. 2017.

_____. Ministério do desenvolvimento social e combate a fome. **Condicionalidades**. Brasília, DF: 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: MDS, 2013. 56p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Renda de Cidadania. SENARC/MDS. **Guia para acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família**. Brasília, DF: M.D.S.C.F, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Comissão Intergestores Tripartite. Protocolo de gestão integrada de serviços, benefícios e transferências de renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. SUAS. **Resolução CIT nº7**, de 10 de Setembro de 2009.

_____. Portaria nº 551, de 9 de novembro de 2005: Regulamenta a gestão das condicionalidades do programa bolsa família. **Diário Oficial da União**, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social PNAS 2004. **Norma Operacional Básica NOB SUAS**. Brasília, DF, 2005.

BRESSAN, A. **O que escola tem a ver com a saúde? Saúde e educação: interfaces possíveis**. ano XVIII boletim 12, ago. 2008.

CAETANO, D. J. (2013) **Bolsa-família: efeitos colaterais**. Disponível em: <<http://www.caetano.eng.br/pecado/showpost.php?post=984>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; BATISTA, N. F. B. Impactos do programa bolsa família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Revista de Economia Contemporânea**, [S.l.], v.14, n.2, p.269-301, 2010.

CARVALHO, AI. Determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde. In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030 -prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: população e perfil sanitário**. Rio de Janeiro: Fiocruz/ Ipea/ Ministério da Saúde/ Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de et al . Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opin. Publica**, Campinas, v.15, n.2, p.333-355, nov. 2009.

CAVALCANTE, R. B; CALIXTO, P; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.24, n.1, p.13-18, jan./abr. 2014.

CAMPELLO, T; NERI, M.C. (org). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

CECCON, Claudia. **Conflitos na escola**: modos de transformar: dicas para refletir e exemplos de como lidar. São Paulo: CECIP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

CHAVES, E.S. Significações atribuídas ao cotidiano pelo adolescente pobre. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v.11, n.1, 2001.

CHIAVEGATTO, A. D. P. F; WANG, Yuan-Pang; MALIK, A. M.; TAKAOKA, J.; VIANA, M. C.; ANDRADE, L. H. Determinantes do uso de serviços de saúde: análise multinível da Região Metropolitana de São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, USP, São Paulo, v. 49, n.1, p.1-12, 2015.

COHN A. **Cartas ao Presidente Lula**: Bolsa Família e direitos sociais. Rio de Janeiro: Pensamento Brasileiro; 2012.

COSTA, A.C.G. **Protagonismo juvenil**: adolescência, educação e participação democrática. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

D'ANGELO, Pedro. **Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa**: qual a diferença? Disponível em: < <http://blog.opinionbox.com/pesquisa-quantitativa-e-pesquisa-qualitativa-qual-a-diferenca>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

DESCHAMPS, L. M. **O papel da escola e do educador dos/nos tempos atuais**. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2012/08/o-papel-da-escola-e-do-educador-dos-nos-tempos-atuais-3848036.html>>. Acesso em: 8 maio 2017.

DIGIÁCOMO, Murilo José. **Evasão escolar**: não basta comunicar e as mãos Lavar. Disponível em:<http://w.ww.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/evasao_escola_murilo.pdf>. Acesso em: 06 maio 2017.

FONTANELLA, B. J. B; JÚNIOR, R. M. Saturação teórica em pesquisas qualitativas: contribuições psicanalíticas. **Cadernos de Saúde Pública**, v.24, n.1, p.17-27, 2012. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.17, n.1, p.63-71, jan./mar. 2012.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da infância e adolescência no Brasil 2017**. Nywgraf Editora Gráfica Ltda, 2017.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, V. R. B. P.; SILVA, S. S. C.; MOURA, M. L. S.; PONTES, F. A. R; BORGES, J. A. R. Atividades acadêmicas e a rotina de crianças ribeirinhas participantes do Programa Bolsa Família. **Psicologia: teoria e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.2, p.159-166, 2013.

GALLO, Alex E.; WILLIAMS, Lúcia C. A. Adolescentes em conflito com a lei: fatores de risco para a conduta infracional. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v.7, n.1, p.87-97, 2005.

GARCEZ, A. **Animar, se divertir e aprender: as relações de crianças com programas especialmente recomendados**. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GOMES, Maria Claudene Bezerra. **A percepção dos beneficiários sobre o Programa Bolsa Família no Município de Iguatu-CE.** 2009. 151f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

GROSSMAN, Michael. **The relationship Between Health and Schooling: What's New?** National Bureau of Economic Research. Cambridge: 2015.

HELLMANN, A.G. **Como funciona o Bolsa Família?:** Melhores práticas na implementação de programas de transferência de renda condicionadas na América Latina e Caribe. Divisão de Proteção Social e Saúde. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Série IDB-TN-856. 2015

JÚNIOR, Helvécio Miranda Magalhães; JAIME, Patricia Constante; DE LIMA, Ana Maria Cavalcante. **O papel do setor saúde no Programa Bolsa Família:** histórico, resultados e desafios para o Sistema Único de Saúde. Brasília: Bolsa Família, p.93, 2013.

KRAMER, Sônia. A infância e sua singularidade. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos:** orientações para a inclusão da criança de seis de anos de idade. Brasília: FNDE, 2006.

LIMA, F. R. **Entrelace entre dificuldades de aprendizagem e produção do fracasso escolar:** algumas ponderações teórico-práticas. Psicologia. PT. 2014. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0784.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

LINDERT et al. **Os frutos do programa Bolsa Família no Brasil:** implementar transferências monetárias condicionadas em um contexto descentralizado. World Bank, 2007. Discussion Paper, n.709

MATOSO, F. **Governo anuncia reajuste médio de 12,5% no Bolsa Família.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/governo-anuncia-reajuste-medio-de-125-no-bolsa-familia.html>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento:** Pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p

MINAYO, M.C.S. **O desafio do Conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14 ed., São Paulo: HUCITEC, 2014.

MONTEIRO, S. R. da R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v.17, n.2, p.29-40, jul./dez. 2011.

NUNES, T.G.R.; PONTES, F.A.R.I.A.; SILVA, L.I. da C.; DELL'AGLIO, D. D. Fatores de risco e proteção na escola: Reprovação e expectativas de futuro de jovens paraenses. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional.** São Paulo: v.18, n.2, 2014.

NUNES, T. G. R.; PONTES, A. R.; SILVA, L.I. da C.; DELL'AGLIO, D. Fatores de risco e proteção na escola: reprovação e expectativas de futuro de jovens paraenses. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v.18, n.2, p.203-210, maio/ago. 2014.

NERI, M. C. **O Tempo de Permanência na Escola e as Motivações dos Sem-Escola**. Coordenação Marcelo Côrtes Neri. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.

OEDC. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Education at a Glance**. 2017. Disponível em: <<http://www.oecd.org/brazil/>>. Acesso em: 3 out. 2017.

OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. A implementação do Programa Bolsa Família sob a perspectiva da condicionalidade educacional: uma análise a partir dos agentes públicos de base. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v.65, n.4, p.517-544, out./dez. 2014.

PETRUCCI, G. W. et al. Adaptação cultural e evidências de validade da Escala de Relacionamento Professor-Aluno. **Avaliação Psicológica**, [S.l.], v.13, n.1, p.133-142, 2014. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

POLIT, D. F.; BECK, C. T. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática de enfermagem**. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PONCIANO, Edna Lúcia Tinoco; FERES-CARNEIRO, Terezinha. Relação pais-filhos na transição para a vida adulta, autonomia e relativização da hierarquia. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v.27, n.2, p.388-397, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722014000200388&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 dez. 2017.

PORTAL BRASIL. **Falta à escola leva ao cancelamento de 20 mil benefícios do Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2011/08/falta-a-escola-leva-ao-cancelamento-de-20-mil-beneficios-do-bolsa-familia>>. Acesso em: 11 de mar. 2017.

PORTUGAL, Alda; ISABEL, Alberto Marques. A comunicação parento-filial: estudo das dimensões comunicacionais realçadas por progenitores e por filhos. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v.26, n.3, p.479-487, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279722013000300007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 dez. 2017.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do bolsa família: autonomia, dinheiro e cidadania**. 2013. Unesp, São Paulo: 249p.

RENDÓN, Maria G. Drop Out and “Disconnected” Young Adults: examining the Impact of Neighborhood and School Contexts. **The Urban Review**, v.46, n.2, p 169-196, 2014.

REZENDE, Regiane; DANTAS, Vera Lúcia de Azevedo. Apresentação da série Saúde e educação: uma relação possível e necessária. In: Saúde e Educação: uma relação possível e necessária. Brasília: M.E, 2009.

SAEED, S.;ZYNGIER, D. How motivation influences student engagement: A qualitative case study. **Journal of Education and Learning**, [S.l.], v.1, n.2, p.252-267, 2012.

SANTOS, Michelle Costa Marques dos et al . A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v.48, n.6, p.1381-1405, dec. 2014 .

SAPIENZA, G., PEDROMÔNICO, M. R. M. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.10, n.2, maio/ago. p.209-216, 2005.

SILVA, JMAP., and SALLES, LMF., (Orgs). **Jovens, violência e escola: um desafio contemporâneo**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SILVA, J. G. da. **Desemprego pode recolocar Brasil no mapa da fome, diz líder do órgão da ONU para alimentação**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/11/06/desemprego-pode-recolocar-brasil-no-mapa-da-fome-diz-lider-do-orgao-da-onu-para-alimentacao.htm>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

SMITH, C., STRICK, L. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z : um guia completo para pais e educadores**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SOARES, Kelma Jaqueline. **Educação e transferência de renda: uma leitura do Programa Bolsa Família em Ceilândia sob a ótica do desempenho escolar**. 2007. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

STURION, G. L. et al. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.18, n.2, p.167-181, mar./abr. 2005.

SOUSA, E. A. de; SANTOS, A. M. A. dos S; JACINTO, P.de A. Efeitos da educação sobre a saúde do indivíduo: uma análise para a região nordeste do Brasil. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 44, n. 4, p. 911-930, out-dez. 2013.

TORRES, H.da G. et al. O que pensam os jovens de baixa renda sobre a escola. Projeto de pesquisa desenvolvido pelo CEBRAP como apoio da Fundação Victor Civita. **Revista Nova Escola e Gestão Escolar**. jun. 2013.

UNIVERSIA BRASIL. **4 pesquisas que mostram a relação entre a saúde e a educação**. 2014. Disponível em:

<<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2014/04/14/1094888/4-pesquisas-mostram-relaco-saude-educaco.html>>. Acesso em: 08 maio 2017.

VALDETE, B., SÍLVIA, J. Q. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Florianópolis, v.2 n.1, 3 jan./jul. p.68-80, 2005.

VALLE, J. E. et al. Bullying, vitimização por funcionários e depressão: Relações com o engajamento emocional escolar. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v.19, n.3, p.463-473, set./dez. 2015.

WILLIAMS, LCA; STELKO-PEREIRA, A. C. **Violência nota zero**: como aprimorar as relações na escola. São Carlos: EDUFSCAR, 2013.

WHO. World Health Organization. Quality of life assessment. Position paper from the World Health Organization. **Soc Sci Med**, v.41, p.1403-1409, 1995.

WORLD WITHOUT POVERTY. Descumprimento das condicionalidades do programa bolsa família. **Mundo sem pobreza**: iniciativa brasileira de aprendizagem. Disponível em: <https://wwp.org.br/sites/default/files/2%20CONDICIONALIDADE_DO_PROGRAMA_BOLSA_FAMILIA_DESCUMPRIMENTO%20-%20Portugu%25EAs.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TABELA DE MOTIVOS DA BAIXA FREQUÊNCIA

TABELA DE MOTIVOS DA BAIXA FREQUÊNCIA

Conjunto A – Beneficiário com vínculo escolar/matricula escolar. Motivos da baixa frequência, situações coletivas e outros registros em relação ao tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno:

1 a - Doença/problemas físicos; 1 b - Doença/problemas psicológicos/mentais; 1 c - Pós-parto/gravidez de risco/TPM Doença na família/óbito na família/óbito do aluno 2 a - Óbito do aluno; 2 b - Doença de pessoa da família prejudicando a frequência do aluno à escola; 2 c - Óbito de pessoa da família prejudicando a frequência do aluno à escola.

Fatos que impedem o deslocamento/acesso do aluno à escola: 4 a – Enchente; 4 b - Falta de transporte; 4 c - Estradas intransitáveis; 4 d - Violência na área onde mora; 4 e - Inexistência de pessoa para levar à escola; 4 f - Grande distância entre a residência e a escola; 4 g – Outro

Concluiu o Ensino Médio: 6 a - Sabe-se que ingressou no Ensino Superior; 6 b - Sabe-se que ingressou no Ensino Técnico Profissionalizante ou outro curso; 6 c - Não se sabe se houve continuidade nos estudos

Suspensão escolar: 7 a - Com tarefas domiciliares; 7 b - Sem tarefas domiciliares

EJA Semipresencial: 8 a - Com acompanhamento regular; 8 b - Sem acompanhamento regular

Situação coletiva que impede a escola de receber seus alunos: 9 b – Greve; 9 c - Calamidade pública que atingiu a escola ou exigiu o uso do espaço como abrigo; 9 d - Escola sem professor ; 9 e - Reforma geral da escola; 9 f - Escola fechada por situação de violência; 9 g - Falta de merenda escolar; 9 h – Outro

Participação em jogos estudantis/atividade escolar extra-classe:10 a - Considerada atividade escolar; 10 b - Não é considerada como atividade escolar

Preconceito/Discriminação no ambiente escolar/bullying:11 a -A escola está agindo no enfrentamento do problema; 11 b - A escola ainda não está agindo no enfrentamento do problema.

Ausência às aulas por respeito às questões culturais, étnicas ou religiosas: 12 a – Indígenas; 12 b – Circenses; 12 c - Ciganos ; 12 d - Opções religiosas; 12 e - População de rua.

Gravidez: 51 a - Gravidez de risco (sistema lançará para o motivo 1) 51 b - Não é gravidez de risco

Situação de rua: 52 a - A escola sabe que o aluno conta com o acompanhamento da rede de proteção local (Cons. Tutelar/CRAS/CREAS); 52 b - A escola não sabe se conta com acompanhamento da rede de proteção social.

Negligência dos pais ou responsáveis: 53 a - A escola examinou a questão com as famílias; 53 b - A escola não abordou esta questão com as famílias Trabalho infantil ; 54 a - A escola sabe que o aluno conta com atenção da rede local de proteção e/ou participa do PETI; 54 b - A escola não sabe se o aluno conta com acompanhamento da rede de proteção local

Motivo da baixa frequência não foi informado: 58 a - A escola não procurou saber o motivo junto à família; 58 b - A escola esclarece que a família não informou o motivo; 58 c - A escola, apesar de solicitada, não informou o motivo; 58 d - Não foi identificado motivo adequado nesta tabela.

Violência/Agressividade no ambiente escolar: 60 a - A escola está atuando no enfrentamento da situação; 60 b - A escola ainda não está atuando no enfrentamento da situação.

Trabalho do Jovem: 62 a - Emprego formal (a partir de 16 anos); 62 b - Estagiário sem vínculo empregatício; 62 c - Trabalho informal.

Exploração/Abuso Sexual: 63 a - A escola sabe que a rede de proteção local já foi acionada/comunicada; 63 b - A escola não sabe se a rede de proteção foi acionada/comunicada.

Desinteresse/Desmotivação pelos estudos: 64 a - A escola vem agindo para identificar as causas dessa situação; 64 b - A escola não tem procurado identificar as causas dessa situação.

Abandono Escolar/ Desistência: 65 a - A Escola vem agindo para identificar as causas desse comportamento; 65 b - A Escola não tem conseguido agir em relação a essa situação.

Questões sociais, educacionais e/ou familiares: 68 a - Separação dos pais; 68 b - Necessidade de cuidar de familiares(idoso, criança, pessoa com deficiência); 68 c - Viagem com a família(trabalho sazonal/agricultura temporária/colheita/outros); 68 d - Casamento do(a) Aluno(a) – Atualizar cadastro familiar; 68 e - Falta de uniforme/calçado/roupa adequada; 68 f - Pais “sem domínio” dos filhos/relação familiar precária; 68 g - Família desconhece as faltas da criança às aulas; 68 h - Aluno com deficiência/necessidades especiais sem apoio/estimulação para permanecer na escola.

Envolvimento com drogas/atos infracionais: 70 a - A escola sabe que foi encaminhado aos órgãos competentes; 70 b - A escola não sabe se houve encaminhamento adequado

Violência Doméstica: 71 a - A escola sabe que a criança já foi encaminhada à rede de proteção social; 71 b - A escola não sabe se a criança foi encaminhada à rede de proteção social.

Conjunto B – Beneficiário sem vínculo escolar/matricula escolar. Caracterização de situações.

Beneficiário sem vínculo/matricula escolar por uma das situações abaixo caracterizadas: 72 a - Inexistência de ensino fundamental na comunidade em que mora; 72 b - Inexistência de ensino médio no território onde mora; 72 c - Inexistência de serviços educacionais para acampados/ciganos/circenses/itinerantes. 72 d - Inexistência de serviços educacionais em situação de internação/privação de liberdade; 72 e - Inexistência de escola indígena no território onde mora; 72 f - Concluiu o ensino fundamental/EJA e inexistente oferta imediata da etapa seguinte; 72 g - Inexistência de atendimento educacional especializado para beneficiário com deficiência/necessidade educacional específica; 72 h - Inexistência de transporte/locomoção acessível à escola para beneficiário com deficiência/necessidade especial; 72 i - Questões de resistência da família para que o beneficiário com deficiência/necessidade especial frequente a escola; 72 j - Inexistência de acessibilidade no ambiente escolar para o beneficiário com deficiência/necessidade especial; 72 k - Negativa da escola em receber a criança com deficiência/necessidade especial alegando falta de vaga; 72 l - Transferência em andamento/pendente – permanecendo sem solução/aceite, após o encerramento de 02 (dois) períodos de coleta, o beneficiário será lançado como Não Localizado no município de origem do cadastro familiar; 72 m - Beneficiário sem vínculo/matricula escolar foi encontrado, mas não quer mais estudar; 72 n - Beneficiário sem vínculo/matricula escolar foi identificado em condição de óbito (falecido); 72 o - Beneficiário com dados errados impedindo a identificação pela escola (nome errado/data de nascimento errada/NIS duplicado).

APÊNDICE B - Dados Sócio-Demográficos:

Dados sócio-demográficos:

Nome (Iniciais):

Sexo:

Idade:

Escolaridade:

Há quanto tempo recebe o benefício do Programa Bolsa Família?

Roteiro de Perguntas:

- 1) Você sabe o que é o PBF e como funciona?
- 2) Mudou algo na sua vida e na de sua família depois que passou a receber o benefício do Programa Bolsa Família? (Santos et al, 2014)
- 3) Por quais motivos você tem ido pouco à escola?
- 4) Em sua opinião o PBF deveria ser diferente? Explique.

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Pais ou Responsáveis)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ-UECE
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM SAÚDE
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Pais ou Responsáveis)

Título do estudo: Percepção de adolescentes em situação de descumprimento da condicionalidade educacional do programa bolsa família

Pesquisador(es) responsável(is): Taís Fontenelle Carneiro; Ana Carina Stelko Pereira.

Instituição/Departamento: UECE.

Local da coleta de dados: Cajueiro da Praia-PI

Prezado(a) Senhor(a):

Seu filho(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Percepção de adolescentes em situação de descumprimento da condicionalidade educacional do Programa Bolsa Família”. Os principais objetivos deste estudo se referem a conhecer o que adolescentes que não estejam indo com frequência à escola pensam sobre este programa.

A participação de seu filho não é obrigatória e nem você e nem seu(a) filho(a) irá receber qualquer benefício financeiro (dinheiro). Caso você autorize, você ou seu filho(a) poderá a qualquer momento desistir da participação. Tal recusa não trará prejuízos em sua relação com o pesquisador ou com o CRAS, nem impedirá o recebimento do PBF.

Há riscos quanto a participação do seu filho(a): Ele(a) pode se sentir cansado em responder às perguntas e sensação de estar sendo avaliado. Tudo foi planejado para minimizar estes riscos: serão feitas pausas na entrevista caso note-se cansaço e se afirmará que o objetivo não é avaliar seu filho(a) e suas opiniões. Caso seu filho(a) sinta desconforto emocional, dificuldade ou desinteresse, poderá também interromper a participação e, se houver interesse, conversar com o pesquisador.

Você não receberá remuneração pela participação, mas este estudo pode auxiliar a aprimorar o PBF no futuro. As respostas de seu filho(a) não serão divulgadas de forma a possibilitar a

identificação. Além disso, você está recebendo uma cópia deste termo onde consta o telefone do pesquisador principal, podendo tirar dúvidas agora ou a qualquer momento. A entrevista será gravada e o áudio será utilizado apenas para análise de dados e mantido em sigilo.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, concordo que meu filho(a) participe, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Cajueiro da Praia, ____ de _____ de 2017

Assinatura do participante

Taís Fontenelle Carneiro

Mestranda em saúde da Criança e do Adolescente-UECE

Contato: 086-99981-5903

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UECE que funciona na Av. Dr. Silas Munguba, 1700, Campus do Itaperi, Fortaleza-CE, telefone (85)3101-9890, email: cep@uece.br. Se necessário, você poderá entrar em contato com esse Comitê o qual tem como objetivo assegurar a ética na realização das pesquisas com seres humanos. O horário de funcionamento é das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00.

APÊNDICE D - Termo Assentimento a Estudantes menores de 18 anos



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ-UECE
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM SAÚDE
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Termo Assentimento a Estudantes menores de 18 anos

Título do estudo: Percepção de adolescentes em situação de descumprimento da condicionalidade educacional do programa bolsa família

Pesquisador(es) responsável(is): Taís Fontenelle Carneiro; Ana Carina Stelko Pereira.

Instituição/Departamento: UECE.

Local da coleta de dados: Cajueiro da Praia-PI

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Percepção de adolescentes em situação de descumprimento da condicionalidade educacional do programa bolsa família sobre o benefício”. Os principais objetivos deste estudo se referem a conhecer o que adolescentes que não estejam indo com frequência à escola pensam sobre este programa.

Caso você autorize, você será entrevistado por psicólogo que irá fazer perguntas a você a fim de compreender o que pensa sobre o Programa Bolsa Família e o(s) motivo(s) das faltas escolares. A sua participação não é obrigatória e a qualquer momento poderá desistir da participação. Tal recusa não trará prejuízos em sua relação com o pesquisador, com a escola ou com o CRAS. Há riscos quanto a sua participação sendo esses: cansaço e sensação de estar sendo avaliado. Tudo foi planejado para minimizar os riscos da sua participação, porém se sentir desconforto emocional, dificuldade ou desinteresse poderá interromper a participação e, se houver interesse, conversar com o pesquisador.

Você não receberá dinheiro pela participação. As suas respostas não serão divulgadas de forma a possibilitar a identificação. Além disso, você está recebendo uma cópia deste termo onde consta o telefone do pesquisador principal, podendo tirar dúvidas agora ou a qualquer momento. A entrevista será gravada e guardada sigilosamente pelo pesquisador.

Eu, _____ declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação, sendo que:

() aceito participar

() não aceito participar

Cajueiro da Praia, ____ de _____ de 2017

Assinatura do participante

Taís Fontenelle Carneiro

Mestranda em saúde da Criança e do Adolescente-UECE

Contato: 086-99981-5903

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UECE que funciona na Av. Dr. Silas Munguba, 1700, Campus do Itaperi, Fortaleza-CE, telefone (85)3101-9890, email: cep@uece.br. Se necessário, você poderá entrar em contato com esse Comitê o qual tem como objetivo assegurar a ética na realização das pesquisas com seres humanos. O horário de funcionamento é das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00.

APÊNDICE E - Carta de Anuência

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro para os devidos fins que aprovo a pesquisadora Taís Fontenelle Carneiro, desenvolver sua pesquisa intitulada “Percepção de adolescentes em situação de descumprimento da condicionalidade educacional do Programa Bolsa Família”. O estudo está sob a orientação da Prof. Dra. Ana Carina Stelko Pereira, cujo objetivo é conhecer o que adolescentes que não estejam indo com frequência à escola pensam sobre este programa, nesta instituição Centro de Referência da Assistência Social - CRAS II do município de Cajueiro da Praia-PI.

A coleta de dados da pesquisa será iniciada em meados do 2º semestre de 2017 após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Estadual do Ceará. Participarão da entrevista apenas os indivíduos menores de 18 anos que tenham assinado o Termo de Assentimento, mediante seus responsáveis assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados serão coletados em visita domiciliar, ocasião na qual será utilizado gravador, respeitando o sigilo da identidade do adolescente. Caso o adolescente e sua família não queiram participar, não haverá consequências negativas. Os dados coletados serão publicados de maneira a não identificar os participantes.

A aceitação está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos da Resolução 466/2012 e suas complementares, comprometendo o pesquisador a utilizar os dados e materiais coletados, exclusivamente para os fins da pesquisa.

Cajueiro da Praia, ____ de _____ de 2017

Coordenador(a) CRAS II

APÊNDICE F - Termo de fiel depositário

TERMO DE FIEL DEPOSITÁRIO

Eu, _____ coordenador do Programa Bolsa Família, fiel depositário dos prontuários e da base de dados da instituição situada em Cajueiro da Praia-PI, declaro que a pesquisadora Taís Fontenelle Carneiro está autorizada a realizar nesta instituição o projeto de pesquisa “Percepções de adolescentes em situação de descumprimento da condicionalidade educacional do Programa Bolsa Família”, cujo objetivo geral consiste em conhecer a percepção de adolescentes que estejam descumprindo a condicionalidade educacional do PBF sobre a relevância e as características do programa, por meio de entrevistas durante o segundo semestre de 2017. Estou ciente e autorizo o acesso a informações em relação às famílias que estejam descumprindo com a condicionalidade educacional do PBF.

Ressalto que estou ciente de que serão garantidos os direitos, dentre outros assegurados pela resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde de:

- 1) Garantia da confidencialidade, do anonimato e da não utilização das informações em prejuízo dos outros.
- 2) Emprego dos dados somente para fins previstos nesta pesquisa.
- 3) Retorno dos benefícios obtidos por meio deste estudo para as pessoas e a comunidade onde o mesmo foi realizado.

Informo-lhe ainda, que a pesquisa somente será iniciada após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da Universidade Estadual do Ceará, para garantir a todos os envolvidos os referenciais básicos da bioética, isto é, autonomia, não maleficência, benevolência e justiça.

Cajueiro da Praia, ____ de _____ de _____

Coordenador Municipal do Programa Bolsa Família